

Sobre o início da romanização do Algarve: 20 anos depois

The Romanization of Algarve: 20 years later

Elisa de Sousa¹

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Uniarq – Centro de Arqueologia
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

RESUMO

Os trabalhos arqueológicos realizados durante as últimas duas décadas no sul do território português alteraram substancialmente o quadro de informações disponíveis para a análise da fase de transição entre os momentos finais da Idade do Ferro e o início da presença romana desta região. Neste trabalho procura-se apresentar uma síntese actualizada sobre os elementos arqueológicos que caracterizam esses momentos, procurando simultaneamente interpretar os respectivos dados à luz de novas perspectivas que permitam uma melhor compreensão do processo de romanização do sul do território actualmente português.

SUMMARY

The archaeological work carried out during the last two decades in the South of the Portuguese territory have substantially altered the data available for the analysis of the transition between the Late Iron Age and the early Roman presence in this region. This work seeks to present an updated overview of the archaeological elements that characterize these moments, while seeking to interpret this data in light of new perspectives that allow a better understanding of the Romanization process of southern Portuguese coast.

RESUMEN

Los trabajos arqueológicos llevados a cabo durante las dos últimas décadas en el sur del territorio portugués han cambiado sustancialmente el cuadro de información disponible para el análisis de la transición entre los finales de la Edad del Hierro y el inicio de la presencia romana en esta región. En este trabajo se pretende presentar una visión actualizada de los elementos arqueológicos que caracterizan estos momentos, interpretándolos a la luz de las nuevas perspectivas que permitan una mejor comprensión del proceso de romanización del territorio actualmente del sur de Portugal.

PALAVRAS CHAVE: Idade do Ferro; Romano-Republicano; povoamento; artefactos; redes de abastecimento.

KEY WORDS: Iron Age; Roman Republican; settlement patterns; artifacts; distribution networks.

PALABRAS CLAVE: Edad del Hierro; Romano-Republicano; poblamiento; artefactos; redes de abastecimiento.

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO / CITATION: Sousa, E. 2017: “Sobre o início da romanização do Algarve: 20 anos depois”. *Archivo Español de Arqueología*, 90: 195-218. doi: 10.3989/aespa.090.017.009

1. INTRODUÇÃO

Em 1994, a publicação do trabalho “Acerca da Romanização do Algarve”, da autoria de Ana Margarida Arruda e Luís Jorge Gonçalves, tratou aspectos importantes para a compreensão da inclusão do sul do território português na esfera romana. Este texto, focado sobretudo nas fontes clássicas que referiram esta área geográfica, realça o facto de os autores de época romana, em particular Estrabão (e respectivas fontes), terem sido afetados por um relativo desconhecimento sobre a área, resumindo-se a descrever, de forma superficial, os principais acidentes e características geográficas desta região, anotando apenas a existência de alguns núcleos urbanos, como é, por exemplo, o caso de *Ossonoba*, que incluíram no mundo turdetano. Este desconhecimento foi interpretado como um reflexo da escassa importância atribuída por Roma a esta área em relação a outras, sendo corroborada pela escassez de dados arqueológicos que, na altura, assumiam um carácter particularmente tardio no quadro do período republicano (Arruda e Gonçalves 1994: 460-463).

Passados mais de vinte anos sobre esta publicação, os dados arqueológicos alteraram-se substancialmente, ainda que algumas das leituras propostas se mantenham, de certa forma, actuais. A proliferação de

¹ e.sousa@campus.ul.pt / ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-3160-108X>

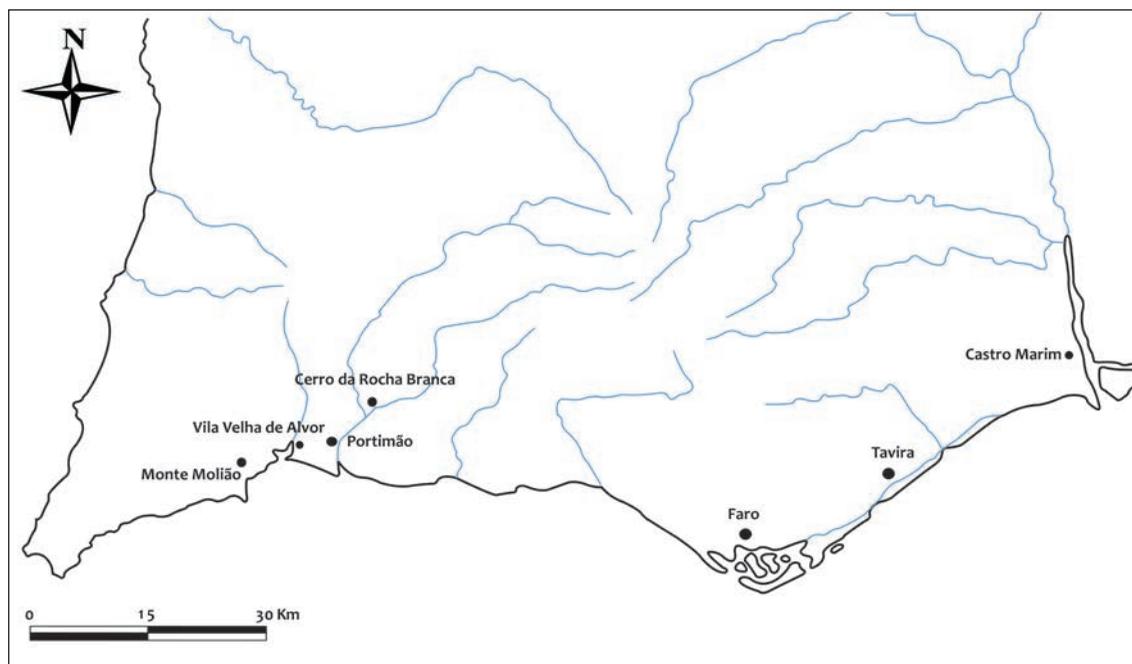


Figura 1. Localização dos sítios referidos no texto ao longo da costa algarvia.

escavações arqueológicas que têm sido realizadas ao longo da costa algarvia, durante as últimas décadas, tem proporcionado um considerável conjunto de novos dados, quer sobre os momentos finais da Idade do Ferro, quer sobre a fase inicial da presença romana na região. Estes elementos têm permitido conhecer e afinar as cronologias de ocupação estabelecidas para os diferentes núcleos de habitat, e simultaneamente, possibilitaram uma caracterização detalhada de vários aspectos da cultura material que potenciam o desenvolvimento de novas perspectivas sobre as dinâmicas populacionais, económicas e comerciais deste território ao longo dos finais do 1º milénio a. C., particularmente no quadro do seu “processo de romanização” (Fig. 1).

2. DO SOTAVENTO AO BARLAVENTO: AS EVIDÊNCIAS DA OCUPAÇÃO ROMANO-REPUBLICANA AO LONGO DA COSTA ALGARVIA

2.1. CASTRO MARIM

Na área de Castro Marim, as evidências de ocupação romana durante a fase republicana foram detectadas, até ao momento, em três zonas distintas, mas próximas entre si, concretamente na zona do Castelo, no Forte de São Sebastião, e no sítio do Enterreiro (Fig. 2).



Figura 2. Localização do Castelo (a norte) e do Forte de São Sebastião (a sul) em Castro Marim.

2.1.1. *Castelo de Castro Marim*

Os trabalhos arqueológicos iniciados na década de 80 do século passado, no Castelo de Castro Marim, ofereceram uma série de elementos que permitiram a reconstituição das diferentes fases da ocupação humana do sítio. As escavações aí efectuadas, dirigidas por Ana Margarida Arruda, revelaram a existência de um importante núcleo da Idade do Ferro que manteve fortes relações com a área meridional da actual Andaluzia ao longo de praticamente toda a sua existência, e muito especialmente até ao século III a. C.

(Arruda 1999-2000). Os dados disponíveis indicam que o último momento da sua ocupação pré-romana se data, justamente, da primeira metade dessa centúria. A análise dos materiais recuperados nos últimos níveis de ocupação sidéricos, em particular a cerâmica de tipo Kuass, revelou um conjunto marcado por características notavelmente arcaizantes, estando ausentes as formas mais típicas da segunda metade do século III a. C. (Sousa 2009: 68). Estes elementos permitiram colocar a possibilidade do abandono do núcleo do Castelo a partir de meados do século III a. C., ou, eventualmente, da sua deslocação para uma outra área próxima, ainda não indagada arqueologicamente (Sousa 2009: 103) (Fig. 3).

Os vestígios de ocupação associados à fase subsequente, de cronologia romano republicana, são consi-

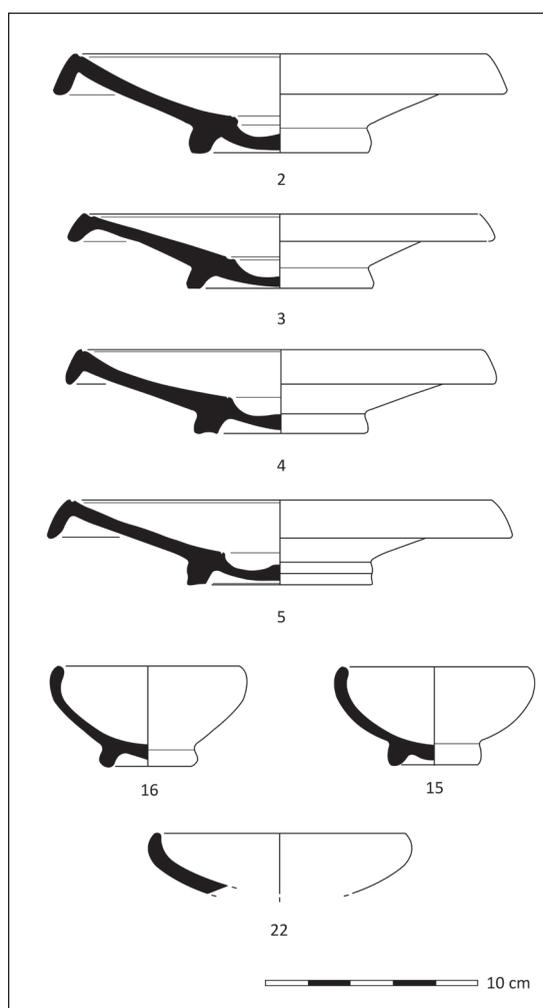


Figura 3. Formas mais representativas de cerâmica de tipo Kuass recolhida nos níveis da Idade do Ferro do Castelo de Castro Marim (segundo Sousa, 2009).

deráveis, sendo datados, sobretudo, da 2ª metade do século I a. C., e foram recuperados, na sua maioria, no interior de um depósito ou lixeira formado entre 50 e 30 a. C. (Arruda 1988; Viegas 2011: 414). Este conjunto engloba quantidades consideráveis de cerâmica de paredes finas (sobretudo das formas III e VIII de Mayet), campaniense calena e de pasta cinzenta (com destaque para os tipos Lamboglia 1, 2, 3, 5, 5/7 e 7), ânforas de morfologias “punicizantes” (Castro Marim 1/tipo B de Pajar de Artillo, D de Pellicer, 9.1.1.1, Maña Pascual A4, Maña C2a e b, e Tripolitanas Antigas) e outras já claramente romanas (Lamboglia 2 e Dressel 1 itálicas e gaditanas, Classe 67, Haltern 70, Dressel 12, Dressel 7/11 e oleárias antigas) (Arruda 1988; Arruda *et alii* 2006; Viegas 2011: 475-495) (Fig. 4).

No entanto, os artefactos seguramente integráveis numa fase mais antiga do período republicano são consideravelmente mais escassos. Com efeito, os vasos de campaniense A são em número reduzido (5 NMI), sendo representados pelas formas Lamboglia 5, 7, 31 e 36, podendo alguns deles integrar-se nas fases mais tardias desta produção (Viegas 2011: 417 e 431). No quadro das importações anfóricas, desta fase mais arcaica serão seguramente pertencentes os únicos dois fragmentos do tipo greco-italico e ainda os três exemplares de idêntica forma, mas de fabrico gaditano (Bargão 2006; Viegas 2011: 474), para além de um único fragmento de *kalathos* ibérico (Muccioli 2014a: 726). Deve, contudo, ter-se em consideração que uma parte significativa destes materiais foi recolhida no já referido contexto de depósito ou lixeira, devendo ser interpretados como materiais residuais. Tendo em conta esta situação, torna-se difícil determinar se essa característica residual se poderá também aplicar a outros exemplares de balizas cronológicas mais amplas aí recolhidos, como é o caso das ânforas de tipo Dressel 1, Lamboglia 2, Maña C2, Tripolitanas antigas, Castro Marim 1/ tipo B de Pajar de Artillo e 9.1.1.1, cujo final da produção pode atingir os meados e mesmo os finais do século I a. C. Porém, e apesar de ser possível que uma pequena parte destes artefactos possa ter pertencido originalmente a contextos mais antigos, a verdade é que a esmagadora maioria será certamente associável à fase da segunda metade do século I a. C.

As evidências enunciadas parecem sugerir que, após um retrocesso ou mesmo abandono do núcleo do Castelo a partir de meados do século III a. C., o sítio retoma a sua importância apenas num momento já avançado do século I a. C., data a partir da qual “(...) se romaniza, definitivamente” (Arruda e Pereira 2008: 419). Os vestígios de uma ocupação anterior, quiçá de finais do século II/inícios do século I a. C.,

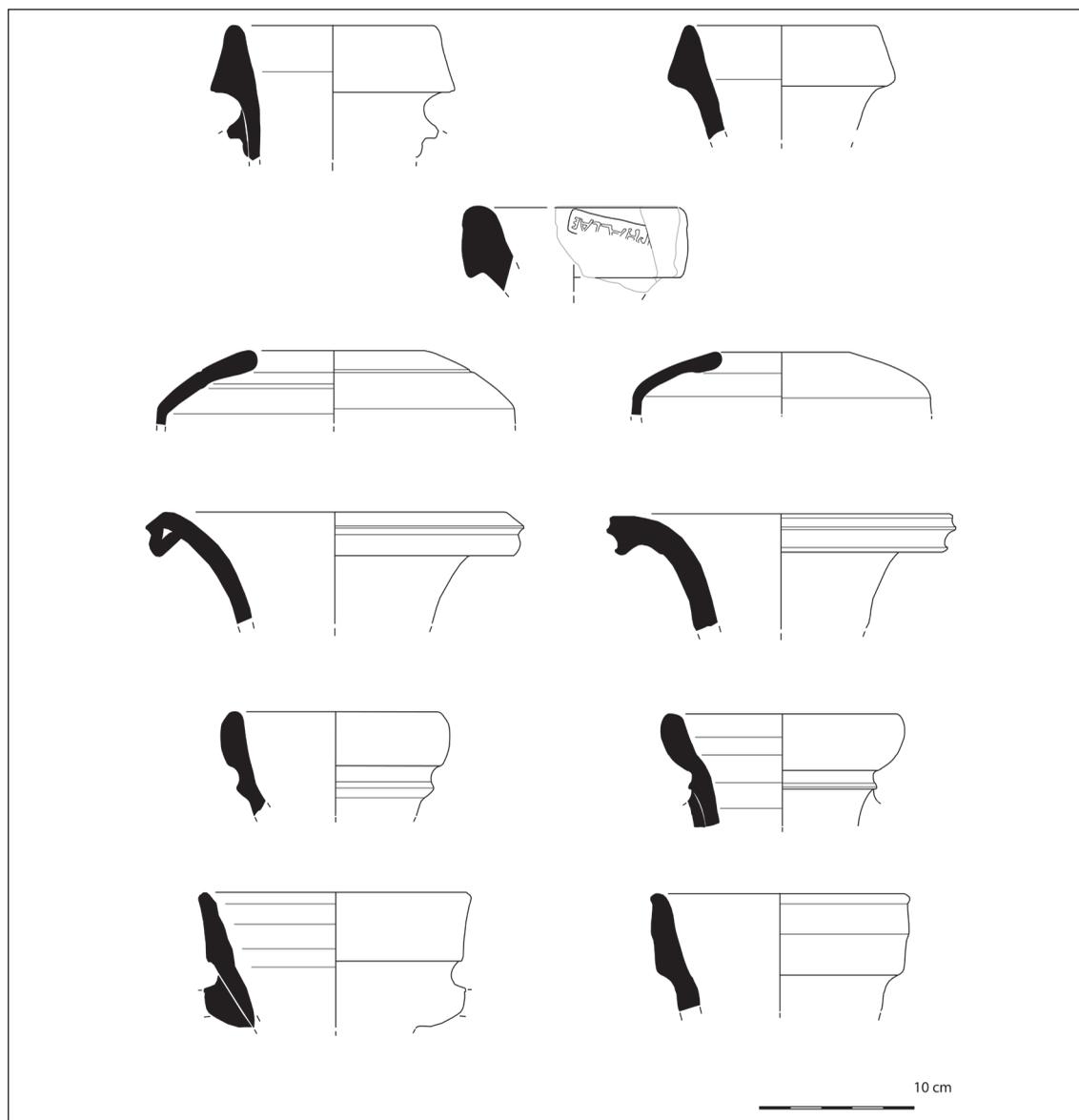


Figura 4. Principais tipos anfóricos recuperados nos níveis republicanos do Castelo de Castro Marim (Dressel 1, Lamboglia 2, Castro Marim1/tipo B de Pajar de Artillo, Mañá C2b, Classe 67 e Haltern 70 - segundo Viegas, 2011, modificado).

parecem ser pontuais, podendo refletir frequentações episódicas da colina, porventura relacionadas com a ocupação da elevação imediatamente em frente, aquela onde se implantou o Forte de São Sebastião.

2.1.2. Forte de São Sebastião

Numa elevação muito próxima do Castelo, onde actualmente se localiza o Forte de São Sebastião, trabalhos arqueológicos resultantes das obras de

recuperação e valorização desta estrutura defensiva seiscentista permitiram reconhecer várias evidências atribuíveis a uma fase antiga do período romano, datada entre os finais do século II e os inícios do século I a. C. (Arruda e Pereira 2008: 418). Apesar de os dados contextualizados serem raros, a análise global dos materiais integráveis nesta fase denota uma maioria de produções anfóricas produzidas na actual Andaluzia, quando comparadas com as importações itálicas. Com efeito, dos 25 fragmentos de ânforas recuperadas, cinco pertencem ao tipo Castro Marim

1/tipo B de Pajar de Artillo, outros cinco a variantes evolucionadas das Maña Pascual A4, quatro a Maña C2b e ainda uma ao tipo 9.1.1.1., enquanto que as produções itálicas (10 exemplares) correspondem todas ao tipo Dressel 1A. No âmbito da cerâmica fina, destaca-se a presença exclusiva de vasos de campaniense A, estando representadas as formas 5/7, 27, 31 e 55 de Lamboglia, estando ausentes as restantes produções desta categoria, e ainda escassos fragmentos de copos de paredes finas, integráveis no tipo Mayet I/II (Arruda e Pereira 2008). Nos conjuntos de serviço de mesa, deve ainda destacar-se a recolha de alguns fragmentos de cerâmica de tipo Kuass tardia, como é o caso dos pratos da forma II de Niveau sem a canelura superior, e das formas V e X. Por último, deve ainda referir-se a recolha de um bordo de um *kalathos* ibérico, cuja associação ao repertório artefactual desta fase cronológica é recorrente (Arruda e Pereira 2008: 417).

Apesar de existirem indícios de uma ocupação anterior, integrável ainda durante a Idade do Ferro, essa não parece ter-se prolongado para além do século v a. C. (Arruda e Pereira 2008: 417-418), não existindo dados que permitam afirmar que o espaço estaria ocupado aquando da instalação romano-republicana, que se processou em finais do século II / inícios do século I a. C. “A ocupação do Forte enquadra-se no processo de conquista da região e, por isso mesmo, não se sobrepõe ao povoado indígena existente no Castelo” (Arruda e Pereira 2008: 419). Seja qual for o carácter ou a funcionalidade desta instalação, a verdade é que não parece prolongar-se para além dos momentos iniciais do século I a. C. (Arruda e Pereira 2008: 418).

2.1.3. Enterreiro

Na área de Castro Marim deve ainda referir-se um outro sítio arqueológico recentemente identificado, apesar de os dados disponíveis serem resultantes de recolhas de prospecção. Trata-se do sítio do Enterreiro, localizado numa zona consideravelmente baixa, junto ao esteiro das Lezírias (Pereira e Arruda 2015). A sua implantação geográfica sugere que esta zona poderá ter correspondido a uma área portuária de cariz secundário que terá servido a zona de Castro Marim durante o período romano-republicano e na fase alto imperial (Pereira e Arruda 2015). Entre os materiais recolhidos que são associáveis à fase mais antiga da ocupação, cabe destacar a presença de ânforas itálicas, de uma Tripolitana Antiga de produção africana, um bordo do tipo Castro Marim 1/ tipo B de Pajar de Artillo, e ainda de um fragmento de cam-

paniense A da forma 31 de Lamboglia, materiais que podem, eventualmente, indiciar uma ocupação coeva à identificada no Forte de São Sebastião. Espólios de cronologias posteriores também foram recolhidos, atestando a utilização do local nas fases mais tardias do período republicano e alto imperial (Dressel 14, Haltern 70, paredes finas e *terra sigillata*) (Pereira e Arruda 2015).

2.2. TAVIRA (SERO DO CAVACO)

Na zona de Tavira, as evidências de ocupações de cronologia romano-republicana são mais escassas. O grande núcleo populacional da Idade do Ferro, localizado sob a actual cidade, manifesta, tal como o do Castelo de Castro Marim, intensos contactos comerciais e culturais com a restante costa meridional peninsular, parecendo ter sido também abandonado num momento tardio da Idade do Ferro, possivelmente durante o século III a. C. (Maia 2007: 463), ainda que a escassez dos dados publicados não permita definir esse momento com maior precisão. Deve, no entanto, salientar-se a completa ausência de referências a materiais de cronologia romana, o que parece denunciar que o antigo núcleo de Tavira não constituiu um elemento estruturante da paisagem humana da área durante essa fase.

Uma das propostas que justificariam este abandono seria a transferência da população para uma outra elevação, o Serro do Cavaco, localizado a cerca de um quilómetro a norte, assumindo-se que esse processo se teria realizado ainda durante a fase pré-romana (Maia 2007: 464). No entanto, não existem, até ao momento, quaisquer evidências no quadro da cultura material que possam corroborar tal cronologia, uma vez que a totalidade dos fragmentos cerâmicos recolhidos até ao momento, no sítio, podem perfeitamente integrar os repertórios artefactuais romano-republicanos (Arruda e Almeida 1999; Bargão 2006; Fabião 2003: 79) (Fig. 5).

Um dos maiores problemas na análise da sequência ocupacional do Serro do Cavaco recai justamente na ausência de trabalhos de escavação que permitam estabelecer com segurança as balizas cronológicas da sua ocupação. Os únicos dados disponíveis advêm de campanhas de prospecção realizadas ao longo de várias décadas, que correspondem, na sua maioria, a fragmentos de ânforas, concretamente variantes tardias do tipo Maña Pascual A4 e do tipo D de Pellicer, 9.1.1.1., Maña C2, Castro Marim 1/ tipo B de Pajar de Artillo, Classe 67 e também de importações itálicas, dos tipos Greco-Itálico e Dressel 1 (Bargão 2006; Fabião 2003; Candeias 2015). A cerâmica fina,



Figura 5. Localização de Tavira (em cima) e do Serro do Cavaco (em baixo) (segundo Candeias, 2015).

embora escassa, está representada por alguns vasos de campaniense A (Lamboglia 5/7) e eventuais produções calenas (Lamboglia 6), para além de alguns fragmentos de paredes finas (Fabião 2003: 78; Candeias 2015) (Fig. 6). As referências a cerâmicas com decorações pintadas em bandas e cerâmicas finas de verniz vermelho tardio (possivelmente produções de tipo Kuass) são também compatíveis com uma cronologia republicana (Fabião 2003: 79). Por último, a este sítio poderão estar também associados os seis denários de prata datados entre 121 e 46 a. C., cujo local de recolha terá sido nas proximidades de Tavira e, porventura, uma outra cunhagem de *Ossonoba* (Santos 1971-1972; Fabião 2003: 78).

Sendo escassos os dados disponíveis, deverá assumir-se alguma cautela em afirmar que a suposta “transferência” terá ocorrido durante a fase final da Idade do Ferro e que se liga sequencialmente ao abandono do povoado localizado na actual área urbana de Tavira. Poderá, efectivamente, tratar-se de uma instalação de época romano-republicana, tendo sido inclusive proposto que pudesse ter desempenhado funções estratégicas ou mesmo militares (Arruda e

Almeida, 1999; Fabião 2003: 79). Neste aspecto, é interessante relembrar que as fotografias aéreas do Serro do Cavaco indiciam a existência de um possível recinto fortificado, com cerca de meio hectare, que, contudo, carece ainda de confirmação arqueológica (Fabião 2003: 78). A possibilidade de este local ter constituído, em algum momento, um posto de uma guarnição militar foi já proposta (Arruda e Almeida 1999; Fabião 2003: 80), podendo assim ser interpretado na óptica do processo da conquista romana do sul do território português. Contudo, e até ao momento, não se conhecem elementos de armamento ou outros espólios metálicos que possam associar-se directamente a esta presumível funcionalidade, ainda que seja relevante referir a recolha, no local, de algumas escórias, que podem indiciar a existência de actividades metalúrgicas (Candeias 2015).

Um último aspecto que deve ser referido é a aparente ausência de materiais de cronologias mais tardias no Serro do Cavaco, um indicador que poderá sugerir o seu abandono no decurso do século I a. C. (Fabião 2003: 79). Com efeito, a ocupação de época alto imperial irá privilegiar a área onde se instala a

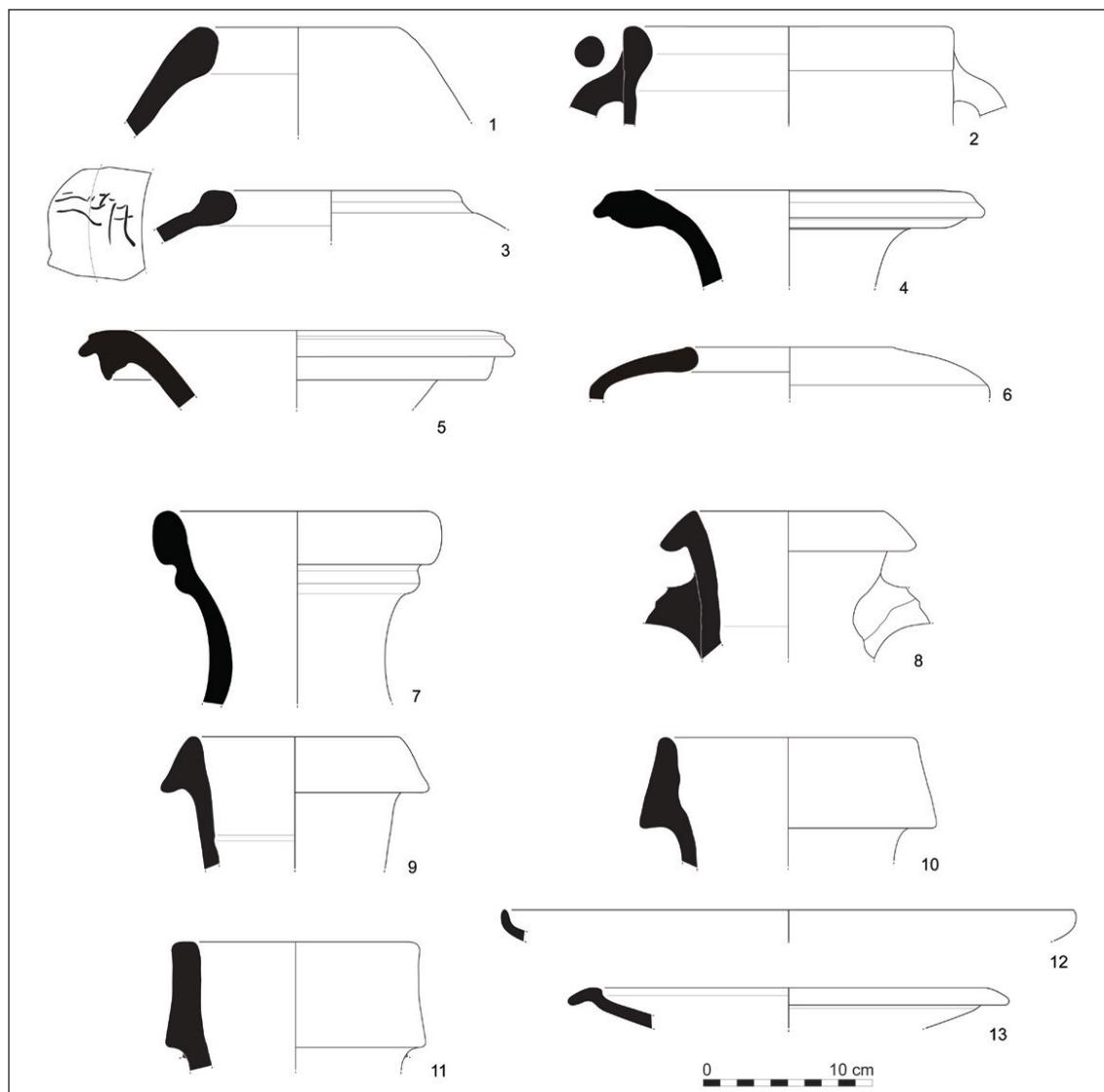


Figura 6. Materiais romano-republicanos do Serro do Cavaco (Maña Pascual A4, 9.1.1.1, D de Pellicer, Mañá C2, Castro Marim1/tipo B de Pajar de Artillo, Classe 67, Greco-Itálicas, Dressel 1 e cerâmica campaniense - segundo Candeias, 2015).

emblemática cidade romana de *Balsa*, local onde os materiais republicanos estão ausentes, com a exceção de apenas dois fragmentos de cerâmica campaniense das formas Lamboglia 3 e 5, sobre os quais subsistem, contudo, algumas dúvidas sobre a sua efectiva proveniência (Nolen 1994: 63; Viegas 2011: 289).

2.3 FARO

O núcleo urbano da antiga *Ossonoba* terá correspondido, na fase final da Idade do Ferro, a um dos mais importantes povoados da costa algarvia.

Este sítio, fundado aparentemente durante o último quartel do século IV a. C., proporcionou quantidades verdadeiramente impressionantes de materiais arqueológicos, sobretudo se atendermos à exiguidade das áreas intervencionadas. As características da sua cultura material denotam, tal como nos restantes casos analisados, intensas ligações com o sul andaluz, materializadas pela presença de ânforas, cerâmica de tipo Kuass e pela cerâmica de uso comum (Arruda *et alii* 2005; Sousa 2009) (Fig. 7).

Os dados existentes sobre a ocupação republicana de Faro são provenientes, sobretudo, de duas pequenas sondagens realizadas na área do Museu Municipal da



Figura 7. Localização das áreas intervenidas em Faro (1. Museu Municipal; 2. Sé; 3. Fábrica da Cerveja; 4. Polícia Judiciária, segundo Viegas, 2011, modificado).

cidade, dirigidas por Dália Paulo e Nuno Beja, em 2001 e 2002. Infelizmente, estas intervenções não proporcionaram uma leitura clara da sequência estratigráfica do período republicano, devido às limitadas dimensões da área escavada (64 m²) e, em particular, à complexidade arquitectónica detectada, que condicionou a leitura dos níveis mais antigos (Sousa 2009; Viegas 2011). No entanto, os materiais recuperados refletem uma presença significativa de exemplares de cronologia republicana que indiciam que o sítio se integra nos principais circuitos comerciais da época desde, pelo menos, os finais do século II a. C. Entre os materiais que podem ser associados a esta primeira fase de ocupação romana encontram-se vários fragmentos de campaniense A (especialmente das formas Lamboglia 5/7, 27, 31 e 36), calena (com destaque para os tipos Lamb. 1 e 5/7) e de pasta cinzenta (so-

bretudo Lamb. 5/7), estando, até ao momento, as produções etruscas ausentes dos inventários (Viegas 2011: 124) (Fig. 8). No quadro das cerâmicas destinadas ao serviço de mesa, deve ainda salientar-se a presença de quantidades significativas das de tipo Kuass (formas II, IV, V, IX-A, IX-B, IX-C X, imitações do tipo 1331 e 2296 de Morel) (Sousa 2009) (Fig. 9). Ao nível das importações anfóricas, destaca-se, uma vez mais, uma maioria das formas ditas “punicizantes” (Viegas 2011: 186), entre as quais os tipos Castro Marim 1/ tipo B de Pajar de Artillo, 9.1.1.1, Maña C2 e as variantes tardias dos tipos Maña Pascual A4 e D de Pellicer, para além de imitações gaditanas dos tipos greco-italícos e Dressel 1. As importações itálicas também estão presentes, sendo, uma vez mais, escassos os tipos greco-italícos comparativamente com as formas Dressel 1, devendo ainda destacar-se a presença de

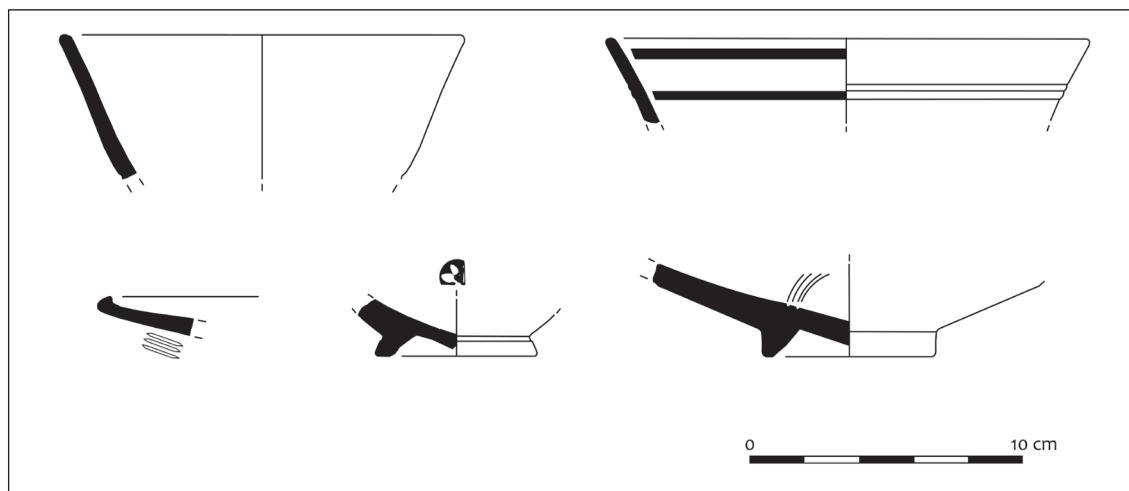


Figura 8. Cerâmica campaniense A de Faro (segundo Viegas, 2011, modificado).

uma percentagem significativa do tipo Lamboglia 2, proveniente da região da Apúlia. As ânforas africanas, mais escassas, estão exclusivamente representadas pelo tipo Maña C2 (Fig. 10). Das fases mais tardias da ocupação republicana, destaca-se a presença das Classe 67, Haltern 70 e, em menor quantidade, de Dressel 12 (Viegas 2011: 186-203).

Outros elementos associáveis à ocupação republicana da antiga *Ossonoba* terão sido detectados em outras intervenções, concretamente no Pátio da Polícia Judiciária, no decurso dos trabalhos dirigidos por Teresa Gamito (Gamito 1994), na Cripta da Sé de Faro, e ainda no subsolo do edifício da antiga Fábrica da Cerveja Portugália (Paulo 1999-2000: 40-44). Infelizmente, os dados destas intervenções encontram-se na sua maioria inéditos, com excepção do último caso, onde se registaram alguns fragmentos de campaniense

A, B e calena, para além de cinco exemplares de Dressel 1, itálicas (Paulo 1999-2000: 40-44).

Apesar da abundância de materiais arqueológicos, os dados relativos ao urbanismo republicano são francamente escassos (Viegas 2011: 248), impossibilitando retirar daí quaisquer dados sobre as transformações urbanísticas verificadas durante a fase de transição entre o final da Idade do Ferro e o período seguinte.

2.4. SILVES (CERRO DA ROCHA BRANCA)

Os elementos associáveis à ocupação de época republicana na área de Silves são escassos, resumindo-se exclusivamente a alguns parágrafos da autoria de Mário Varela Gomes referentes às diversas fases de ocupação detectadas no Cerro da Rocha Branca.

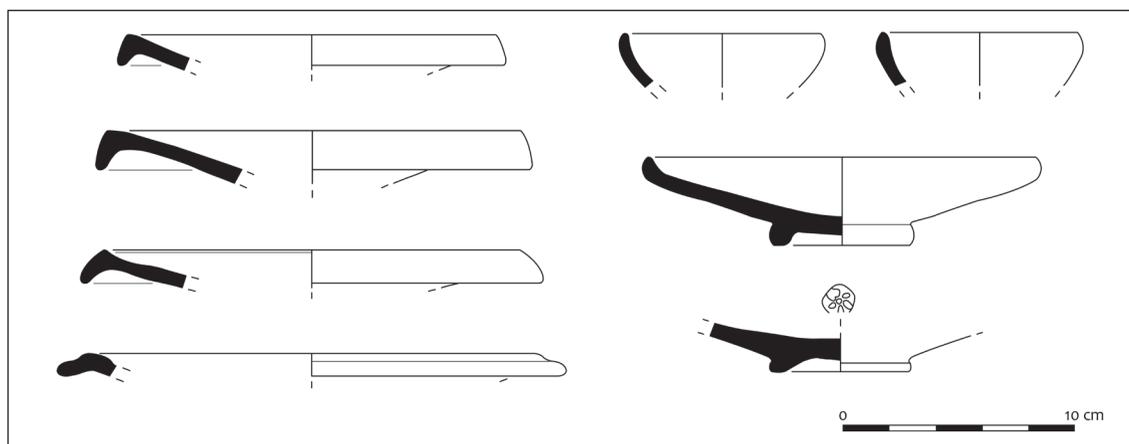


Figura 9. Cerâmica de tipo Kuass de contextos romano-republicanos de Faro (segundo Sousa, 2009, modificado).

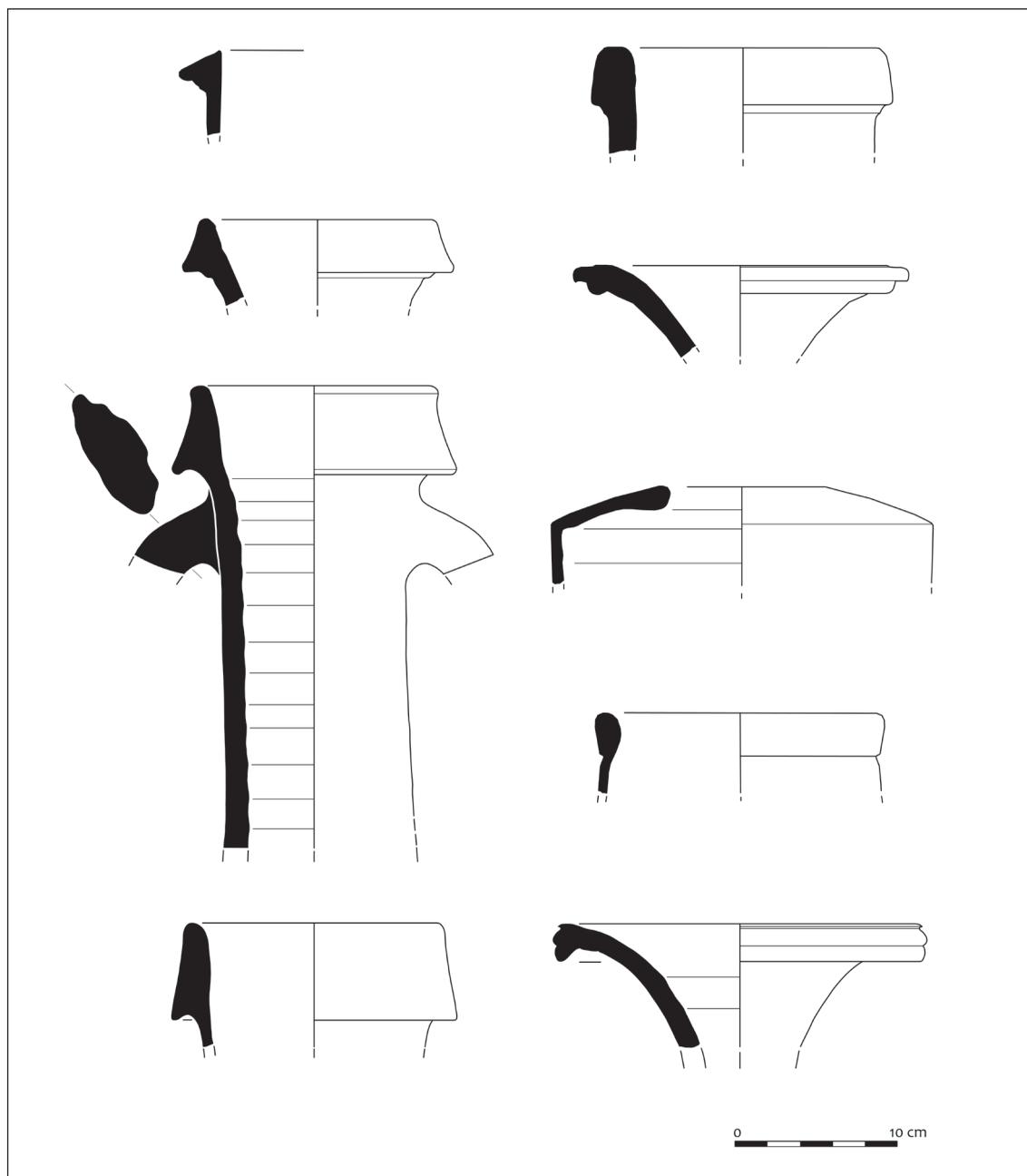


Figura 10. Ânforas republicanas de Faro (Greco-ítálicas, Dressel 1, Lamboglia 2, Mañá C2a, Castro Marim I/tipo B de Pajar de Artillo, 9.1.1.1 e Mañá C2b. segundo Viegas, 2011, modificado).

O sítio está implantado numa elevação alongada, de altitude modesta, localizada na margem direita do rio Arade, que, durante a Antiguidade, poderá ter correspondido a uma pequena península (Gomes 1993: 74). A ocupação humana deste espaço remonta à Idade do Ferro, possivelmente aos finais da 1ª metade do 1º milénio a. C. (Arruda 1999-2000: 56), manifestando,

ao longo da segunda metade do mesmo milénio, a mesma intensidade de contactos com o sul andaluz que já foi referida para os casos anteriormente apresentados (Gomes 1993).

Uma fase romano-republicana foi também aqui documentada, ainda que os respectivos materiais não tenham ainda sido devidamente publicados. Integram

o “Período Itálico”, datado entre os séculos II e I a. C., aparentemente mal conservado (Gomes 1993: 80-82), referindo-se a recolha de campaniense A, B e C (porventura esta última será referente a produções de pasta cinzenta), ânforas ibero-púnicas, Maña C2 e itálicas do tipo Dressel 1A. A este momento pertencem também os quatro denários de prata consulares (*Natta, M. Baebio Q. F. Tampilo. L. Opeimio, C. Plviti*), datados entre 149 e 121 a. C. (Gomes 1993: 82). Aparentemente, nesse mesmo local, terão sido recolhidas algumas moedas com a legenda CILPES, referidas por Estácio da Veiga (Veiga 1910: 229-233; Gomes 1993: 73-74).

2.5. PORTIMÃO

Na área de Portimão, os dados associáveis a uma ocupação de fase romano-republicana são um pouco mais expressivos, sendo resultantes dos trabalhos de escavação arqueológica realizados na Vila Velha de Alvor e por várias recolhas efectuadas durante operações de dragagem no rio Arade.

2.5.1. Vila Velha de Alvor

Os trabalhos realizados em Vila Velha de Alvor, dirigidos por Teresa Gamito, revelaram a existência de um núcleo de povoamento implantado numa colina junto à entrada da Ria de Alvor, cujo o início da ocupação é ainda difícil de precisar. Nos artigos dedicados a esta estação arqueológica, refere-se a identificação de três níveis de ocupação, identificados numa das áreas intervencionadas. O mais recente, datado por Teresa Gamito do século III/II a. C., parece pertencer à época romano-republicana, considerando a referência a um prato de Campaniense B da forma 5 de Lamboglia, recolhido num contexto de uma zona de alpendre, onde se identificou um fragmento de mó associado a uma estrutura de dimensões consideráveis (Gamito 1997: 260). Sob esta realidade, surgiu um outro nível de ocupação, no qual se identificou uma área de combustão (e fundição), contexto no qual terão sido recolhidas duas das três cunhagens de chumbo de *Ipsas*, que, segundo a autora, justificariam a equivalência do sítio com esse antigo topónimo (Gamito 1997: 257). Nesse mesmo nível, surgiram ainda ânforas do “tipo B1 de Maña” (Gamito 1997: 260), que, possivelmente, correspondem a variantes da forma D de Pellicer, o que, juntamente com as referidas cunhagens, poderia apontar para uma cronologia também republicana. Por fim, o nível mais antigo, identificado sob o anterior, terá revelado três

fornalhas de fundição, cobertas por uma espécie de telheiro, associadas a grandes quantidades de escória, para as quais foi proposta uma datação centrada no século V/IV a. C. No entanto, a única referência a materiais arqueológicos recolhidos neste contexto resume-se a formas tipo *dolia* com bordo espesso, que a autora compara com ânforas recolhidas no sítio do Cerro Macareno (Gamito 1997: 261). Presumivelmente, trata-se de formas do tipo D de Pellicer, situação que pode levantar algumas inquietações quanto à cronologia proposta. Apesar de ser possível que tal nível se associe, efectivamente, a uma ocupação pré-romana, não podemos esquecer que esses materiais se prolongam até ao período republicano, suscitando, assim, algumas dúvidas sobre o início da ocupação humana do sítio.

Outros materiais de cronologia republicana (ânforas) e imperial (*terra sigillata*) foram também recolhidos nas camadas superficiais do sítio (Gamito 1997: 260), ainda que não tenham sido devidamente publicados, apesar de existirem algumas informações sobre a presença de ânforas greco-itálicas no local (Arruda e Gonçalves, 1994: 463).

2.5.2. Rio Arade

No âmbito deste trabalho, devem ainda destacar-se as várias recolhas feitas no rio Arade, em áreas que teriam servido como fundeadouros (Silva *et alii* 1987: 215). Os materiais recuperados em diversas operações de dragagens incluem espólios de cronologia essencialmente romana, quer republicanos quer alto-imperiais (Silva *et alii* 1987; Diogo *et alii* 2000). Entre os primeiros, que são particularmente relevantes para este estudo, contam-se alguns fragmentos de campaniense A, das formas 5 e 26 de Lamboglia, ânforas itálicas (Dressel 1 e Lamboglia 2) e também sul peninsulares (tipos D de Pellicer, Maña Pascual A4 e Maña C2) (Silva *et alii* 1987: 203-204 e 208-209; Diogo *et alii* 2000: 83). Um denário de prata republicano de *Lvcivs Sempronivs Pitio*, datado entre 145 e 138 a. C. (Teichner 1997: 129), inclui-se no lote de peças recuperadas.

2.6. LAGOS (MONTE MOLIAO)

Monte Molião corresponde a um dos mais emblemáticos núcleos de povoamento da costa ocidental algarvia. O sítio foi implantado numa colina destacada de forma ovalada, na margem esquerda da Ribeira de Bensafrim, o que lhe confere um notável domínio sobre a paisagem envolvente, factor que certamente



Figura 11. Fotografia aérea de Monte Molião (foto de Rui Parreira, segundo Arruda e Sousa, 2013).

promoveu a ocupação humana deste espaço durante a Antiguidade (Fig. 11).

A multiplicidade de intervenções arqueológicas efectuadas quer no povoado, quer na área imediatamente envolvente, tem revelado dados muito significativos sobre o faseamento cronológico do sítio. Na zona da *habitat*, os trabalhos dirigidos por Ana Margarida Arruda permitiram constatar que este povoado foi fundado num momento relativamente tardio da Idade do Ferro, concretamente em torno ao último quartel do século IV a. C. (Arruda *et alii* 2008, 2011). Tal como ocorre nos restantes núcleos algarvios anteriormente apresentados, os materiais desta fase revelam contactos profundos e sistemáticos com a costa andaluza (Sousa e Arruda 2010; Arruda *et alii* 2011).

Particularmente significativa no âmbito deste trabalho é a quantidade e qualidade dos elementos recuperados do período romano-republicano, quer na área do *habitat*, quer na zona envolvente, estes últimos em intervenções realizadas pela empresa Palimpsesto – Estudo do Património Cultural Lda, que permitiram identificar uma série de contextos primários dos momentos iniciais deste período, situação ímpar, até à data, no sul do território português.

2.6.1. A área do *habitat*

Os trabalhos realizados no núcleo primário de povoamento do sítio do Monte Molião, iniciados em

2006, permitiram recolher uma série de dados relacionados com a ocupação romano-republicana, datada, grosso modo, entre o último quartel do século II a. C. e os inícios da centúria seguinte (Arruda e Pereira 2010; Arruda e Sousa 2013). Em dois dos sectores intervencionados, A e C, foi possível documentar uma considerável sequência estratigráfica desta fase, associada a uma série de estruturas construídas. No sector C, foi possível identificar, inclusivamente, duas fases arquitectónicas sequenciais romano-republicanas, materializadas em compartimentos estruturados em redor de áreas de circulação, que teriam desempenhado funções habitacionais, mas também artesanais, sendo de destacar a identificação de um espaço destinado a actividades metalúrgicas, ainda que de cariz doméstico (Arruda e Pereira 2010) (Fig. 12).

Os materiais associados a esta fase são abundantes, particularmente no que concerne aos recolhidos em contextos primários. Trata-se de ânforas itálicas (tipo Greco-Itálico e Dressel 1A), africanas (Maña C2 e Tripolitanas Antigas) e, sobretudo, de produções do sul da Península Ibérica (Greco-Itálicas, Dressel 1, Maña C2, Castro Marim 1/tipo B de Pajar de Artillo, variantes tardias do tipo D de Pellicer e Maña Pascual A4, 9.1.1.1, e ainda alguns exemplares do tipo 8.2.1.1 de Ramon Torres) (Arruda e Sousa 2013) (Fig. 13). No quadro das importações anfóricas, deve referir-se também a recolha de dois exemplares de produção itálica do tipo Lamboglia 2, ainda que descontextualizados (Arruda e Sousa 2013: 107). Em associação a estes materiais cabe assinalar a existência de



Figura 12. Planta do sector C do Monte Molião (segundo Arruda e Sousa, 2013).

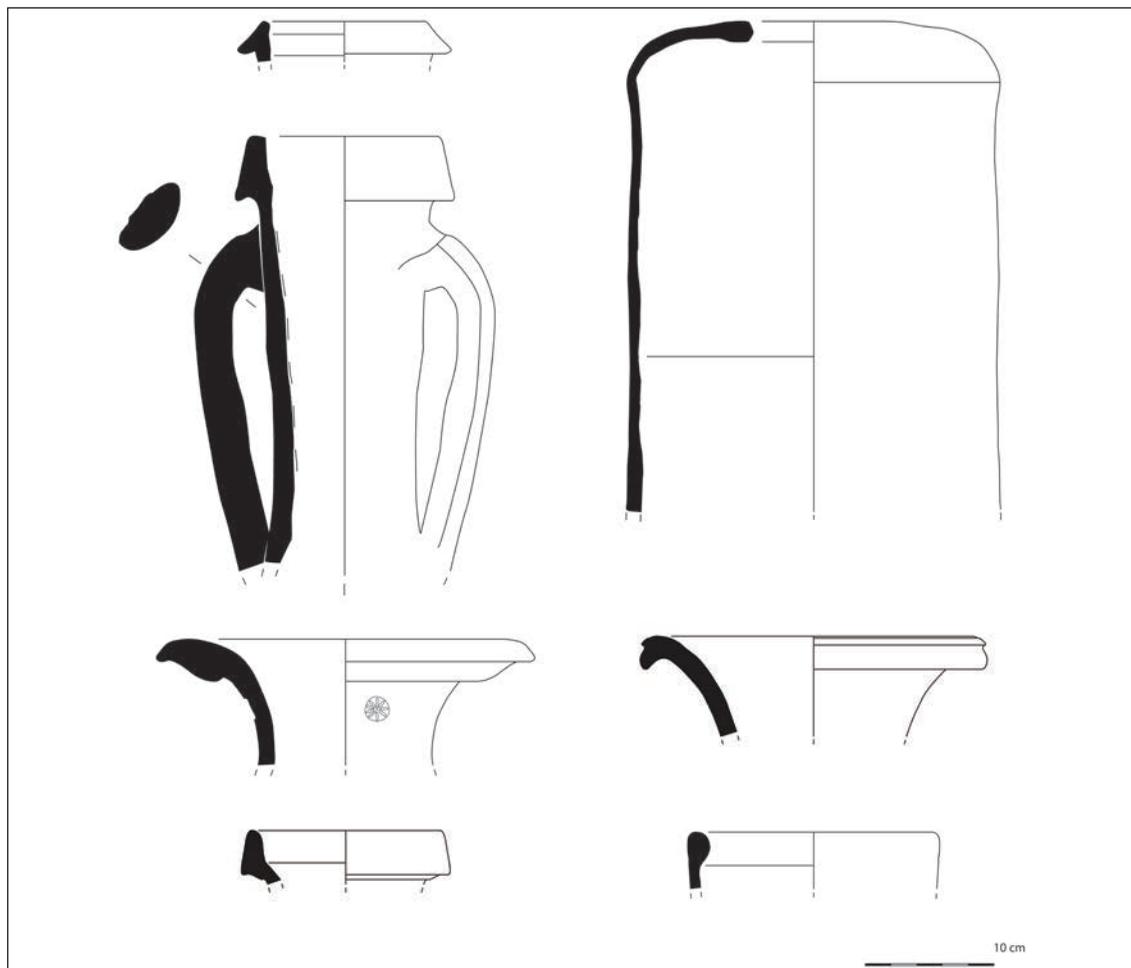


Figura 13. Ânforas republicanas do Monte Molião - *habitat* (Greco-Itálica, Dressel 1A, Mañá C2a, Tripolitana Antiga, Castro Marim I/ tipo B de Pajar de Artillo - segundo Arruda e Sousa, 2013, modificado).

quantidades apreciáveis de cerâmica campaniense, do tipo A (Lamboglia 5, 5/7, 6, 8, 25, 27, 31, 36), B (Lamboglia 4), calena (Lamboglia 1, 2, 3, 4, 5, 5/7, 7) e de pasta cinzenta (Lamboglia 5 e 5/7) (Dias 2010), para além de vasos de paredes finas itálicos e de cerâmicas de tipo Kuass (Sousa e Arruda, 2013) (Figs. 14 y 15). Dados interessantes surgiram também na sequência do estudo da “cerâmica comum” exumada nos contextos de cronologia romano-republicana, que revelaram uma notável variedade em termos de áreas de abastecimento, localizadas sobretudo no sul da Andaluzia, mas com contribuições também relevantes de importações itálicas e da zona oriental da Península Ibérica (Sousa e Arruda 2014a e 2014b; Muccioli 2014a). As produções locais exibem igualmente características particulares, destacando-se a produção de vasos inspirados nas formas de cozinha itálicas, e também a existência de produções manuais, por vezes

decoradas com estampilhas, que remetem claramente para outros horizontes culturais, de cariz mais “celtízante” (Sousa e Arruda 2014a e 2014b).

Apesar de a grande maioria dos dados contextualizados não ultrapassar o primeiro quartel do século I a. C., existem outros elementos que permitem admitir que o sítio continuou a ser ocupado durante a fase tardo-republicana, ainda que não tenha tido, de acordo com a informação arqueológica disponível, a mesma expressão que a anterior (Arruda e Pereira 2010; Arruda e Sousa 2013: 131 e 137). Trata-se, concretamente, de ânforas da Classe 67, ovóides e oleárias antigas, e ainda alguns exemplares de Haltern 70, assim como de formas tardias de cerâmica campaniense (Arruda e Sousa 2013; Dias 2010).

Por último, cabe ainda referir a recolha de vários numismas de cronologia republicana. Estes correspondem sobretudo a cunhagens algarvias (*Ossonoba*,

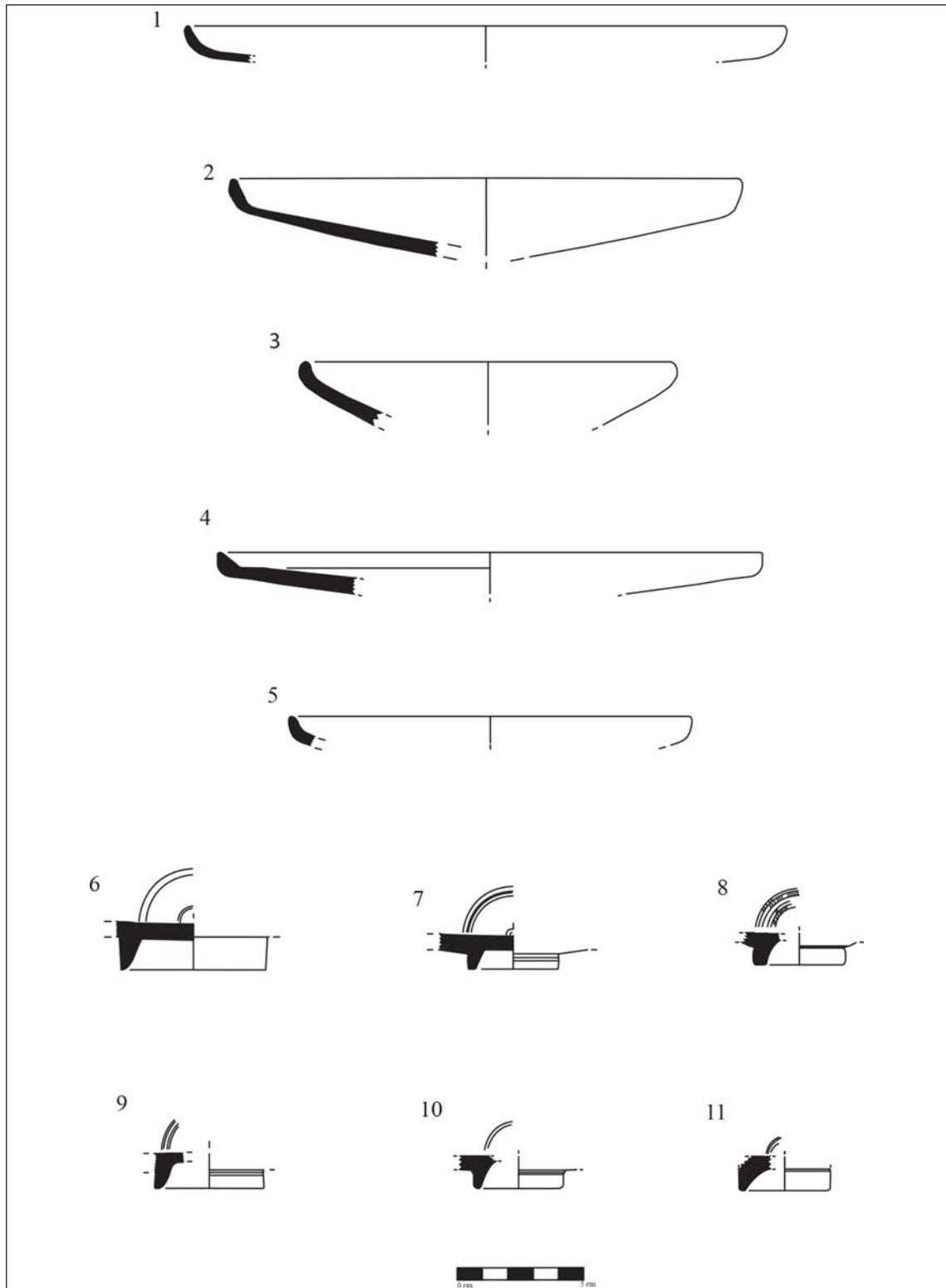


Figura 14. Cerâmica campaniense A de Monte Molião. *habitat* (segundo Dias, 2010).

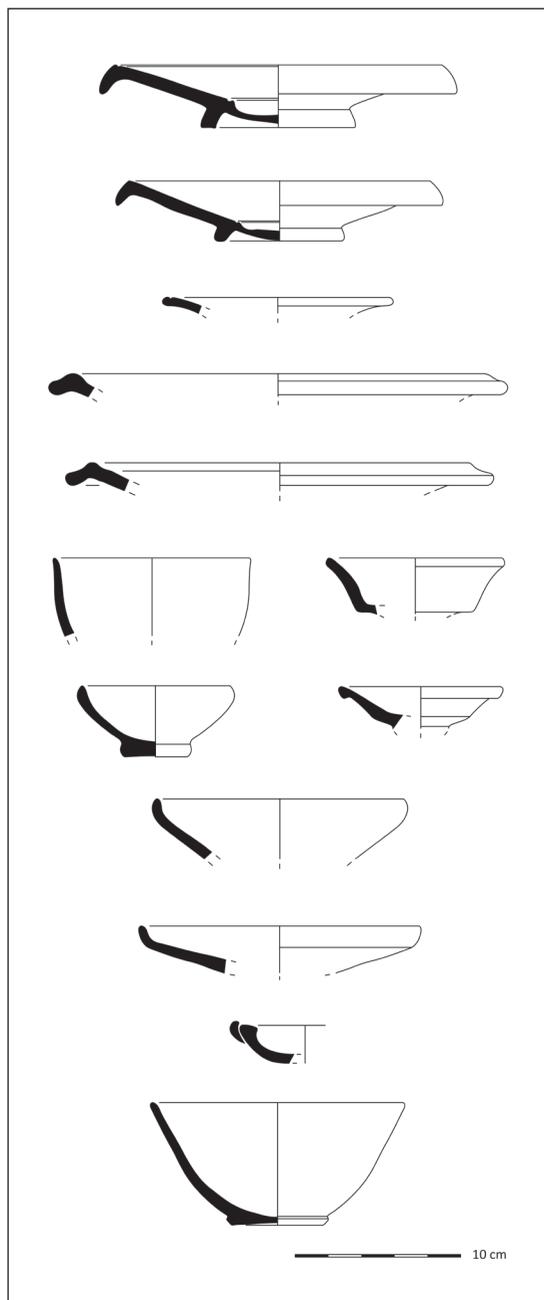


Figura 15. Cerâmica de tipo Kuass de contextos romano-republicanos de Monte Molião. *habitat* (segundo Sousa e Arruda, 2013).

Ipsos e Cilpes), para além de uma emissão de *Murtili*, outra de *Beuipum*, duas de *Gades* e outras duas de *Carmo* (Muccioli 2014b). As emissões de Roma estão representadas por um único exemplar, em concreto um asse de bronze fundido de cronologia anterior a 89 a. C. (Muccioli 2014b: 54-55).

2.6.2. A área envolvente do povoado

No exterior do povoado, concretamente no espaço localizado a nordeste, alguns trabalhos de arqueologia preventiva, realizados pela empresa Palimpsesto – Estudo do Património Cultural Lda, permitiram identificar outros elementos associados também a uma ocupação romano-republicana.

Numa das áreas, foram escavadas duas estruturas negativas cuja funcionalidade é, de momento, difícil de precisar, mas cujos níveis de enchimento permitiram admitir uma cronologia de finais do século II / inícios do século I a. C. para a sua construção. Os materiais aí recolhidos são abundantes, destacando-se as produções anfóricas de procedência itálica (Greco-Itálicas e sobretudo Dressel 1A), africana (Maña C2 e Tripolitanas Antigas), e, sobretudo, do sul peninsular (imitações gaditanas do tipo Greco-Itálico e Dressel 1A, Maña Pascual A4 e Castro Marim 1/tipo B de Pajar de Artillo) (Sousa *et alii* 2016) (Fig. 16). A cerâmica fina conta com uma presença dominante de campaniense de tipo A (formas 27, 28, 31 e 36 de Lamboglia), sendo as produções calenas escassas, e também de paredes finas da forma I e II de Mayet (Sousa e Serra 2006: 18-21). A cerâmica comum aí exumada exhibe, por sua vez, características muito semelhantes às já detectadas na área do *habitat* (Sousa *et alii* 2015; Muccioli 2014a).

Em outra zona, junto ao limite noroeste do *habitat*, os trabalhos de campo permitiram identificar um segmento de um fosso, de secção em V, com 14 m de comprimento, e cuja largura varia entre os 2,30 e os 2,80 m, tendo cerca de 2 m de profundidade (Diogo e Marques 2008: 63). Apesar dos materiais recolhidos nos níveis de enchimento estarem ainda, em grande parte, inéditos, foi avançada uma cronologia entre o século II a. C. e o século III d. C. (Diogo e Marques 2008: 63).

Já no sopé da colina do Monte Molião, outros trabalhos de escavação revelaram a existência de um estrato datado em torno à segunda metade do século I a. C., no qual se recuperou um fragmento de campaniense calena da forma Lamboglia 1, um outro de paredes finas da forma VIII de Mayet e outros fragmentos de cerâmica comum de produção gaditana (Bargão 2008: 179).

3. O PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO DO ALGARVE E SEUS ANTECEDENTES

Um dos temas mais pertinentes no quadro da análise do processo de romanização do território algarvio

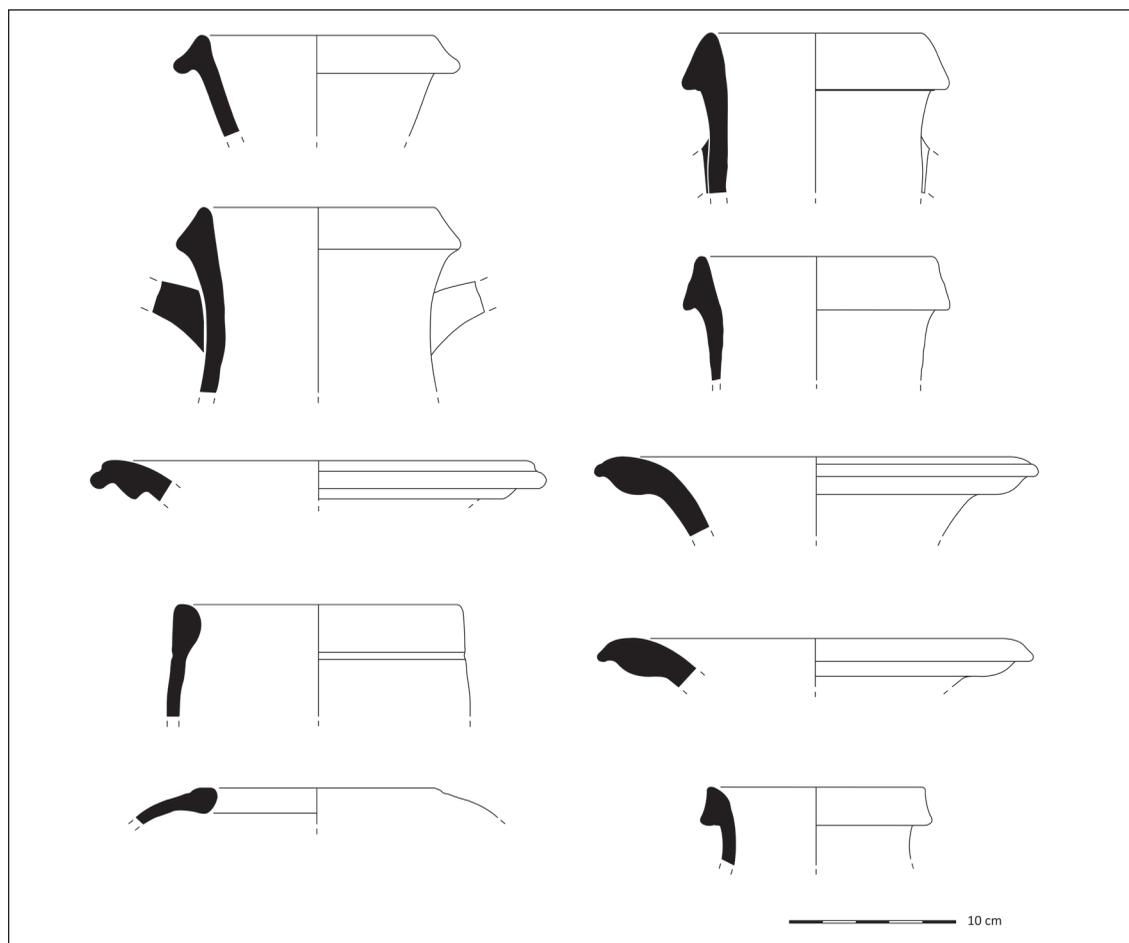


Figura 16 - Ânforas republicanas do Monte Molião. área envolvente do povoado (esquerda - Greco-Itálica, Dressel 1A, Mañá C2, 9.1.1.1 e Castro Marim/tipo B de Pajar de Artillo de produção gaditana; direita. Dressel 1A itálica, Mañá C2a e Tripolitana Antiga de produção africana. segundo Sousa, Alves e Pereira, no prelo).

prende-se, naturalmente, com a transição e os modos de contacto entre as comunidades do final da Idade do Ferro e os primeiros agentes romanos, situação que parece decorrer, de acordo com os dados previamente apresentados, apenas a partir do último quartel do século II a. C. No entanto, um dos principais problemas com que nos deparamos na análise dessa transição é justamente a caracterização de horizontes de ocupação claramente integráveis nas “vésperas” do início do processo de romanização, em concreto durante os primeiros três quartéis do século II a. C.

Apesar dos contextos da fase final da Idade do Ferro dos grandes núcleos do litoral algarvio conhecidos até à data (Castro Marim, Faro e Monte Molião) permitirem presumir uma ocupação contínua até à introdução dos primeiros artefactos associáveis à esfera cultural romana, alguns elementos indiciam que tal presunção poderá ser falaciosa. Esses elementos di-

vergentes surgem quando analisamos os últimos dados contextuais pré-romanos algarvios, em comparação com outras evidências recuperadas em distintas áreas da costa meridional peninsular, em particular da baía de Cádiz e do baixo do Guadalquivir, nestes casos em contextos datáveis seguramente entre os finais do século III e meados do século II a. C.

O estudo exaustivo dos materiais recuperados na área industrial da baía de Cádiz, entre os quais destacamos o forno de Torre Alta, possibilitaram uma caracterização detalhada de diferentes momentos datáveis entre os meados do século III e o último terço do século II a. C. (Sáez Romero 2008: 132). Os dados indicam que, neste centro de produção, as principais alterações que resultam dos contactos com a esfera romana surgem já a partir dos finais do século III a. C. (fases 2 e 3 de Torre Alta), refletindo-se nas primeiras imitações gaditanas de protótipos itálicos

(tipo Greco-Itálico) e no aparecimento de uma nova forma de ânfora, correspondente ao tipo 9.1.1.1 de Ramon Torres (Sáez Romero 2008: 138-145), que irá marcar os quadros de produção deste centro oleiro até aos finais do século II a. C. (Sáez Romero 2008: 498). Este mesmo quadro produtivo está patente em outros sítios da Andaluzia com cronologias localizadas entre os finais do século III e os inícios do II a. C., como é o caso de Carteia, onde os materiais anteriormente referidos coexistem com importações cartaginesas, ebusitanas e itálicas (Roldán Gómez *et alii* 2006: 364), e de Sevilha (García Vargas e García Fernández 2009: 134-136, 143).

Estas alterações da cultura material gaditana não se encontram, até ao momento, plasmadas no repertório artefactual da área algarvia, situação que levanta várias possibilidades em termos interpretativos. Por um lado, poderia assumir-se que estas produções (imitações de greco-itálicas e 9.1.1.1) se destinavam a cenários muito concretos, particularmente os da II Guerra Púnica e da conquista romana dos territórios mais interiores da Península Ibérica, e não alcançariam, portanto, zonas mais periféricas, como o sul do território português, afastadas geograficamente do palco principal desses conflitos. Assim, podia conceber-se uma ocupação contínua dos centros urbanos algarvios entre os finais do século III a. C. e os primeiros contactos com o mundo romano. Contudo, a possibilidade de grande parte dos núcleos de povoamento da costa sul portuguesa ter sido abandonada ou, pelo menos, de ter sofrido uma considerável retração em termos da área previamente ocupada, não pode descartar-se por completo. Causa, de facto, alguma estranheza a completa ausência destes elementos anfóricos gaditanos nos últimos níveis de ocupação da Idade do Ferro do Algarve, considerando que estes contextos foram exaustivamente analisados (Sousa 2009; Sousa e Arruda 2010; Arruda *et alii* 2011). Poderia, eventualmente, considerar-se a possibilidade de, entre os finais do século III e os finais do 3º quartel do século II a. C., se assistir a uma perda progressiva da capacidade aquisitiva dos sítios algarvios, o que justificaria tais ausências. No entanto, os níveis mais tardios da Idade do Ferro de Castelo de Castro Marim, Faro e Monte Molião, contêm quantidades verdadeiramente impressionantes de materiais gaditanos, situação que se verifica desde o último quartel do século IV a. C. (Sousa 2009; Sousa e Arruda 2010), pelo que seria difícil aceitar que continuassem a importar quantidades massivas de cerâmicas gaditanas que não incluíssem as formas mais recentemente associadas a esse repertório. Aliás, considerar a possibilidade de uma diminuição de poder aquisitivo por parte das comunidades sidéricas do Algarve implicaria a existência de níveis

arqueológicos nos quais dominassem as produções locais/regionais, realidade que, com efeito, não se verifica (Sousa 2009; Sousa e Arruda 2010). Uma outra ausência que deve ser assinalada no quadro destes contextos de cronologia pré-romana algarvios diz respeito às produções anfóricas centro-mediterrâneas que chegaram, ainda que em quantidades pouco expressivas, à área de Cádiz (Sáez Romero 2008) e do Guadalquivir (García Fernández e García Vargas 2010: 119), entre os finais do século III a. C. e a primeira metade da centúria seguinte.

Torna-se, assim, possível interpretar esta situação como o reflexo de uma eventual retração do povoamento da costa sul portuguesa, que se teria processado nos momentos finais da Idade do Ferro, e que poderia relacionar-se com fenómenos de larga escala ocorridos no sul da Península Ibérica, em concreto o eclodir da 2ª Guerra Púnica. Neste âmbito, não podemos esquecer que os núcleos algarvios exibem, a partir sobretudo do último quartel do século IV a. C., fortes ligações com a área andaluza, e em particular com a cidade de Cádiz, tendo sido já proposto que a fundação de Monte Molião e de Faro se relacionou com a expansão de populações gaditanas para ocidente (Sousa 2009; Sousa e Arruda 2010). Assim, não é improvável que a fase de instabilidade que se iniciou com o desencadear deste conflito, em 218 a. C., possa ter acarretado profundas transformações na dinâmica económica, comercial e populacional do sul andaluz, e ter implicado uma reorganização estratégica da ocupação territorial, que desvalorizou as áreas mais ocidentais. Recorde-se que é justamente neste momento, finais do século III a. C., que importantes sítios do sul andaluz, como o Castillo de Doña Blanca, e outros de dimensões mais modestas, como La Tiñosa ou Cerro Naranja, são abandonados (González Rodríguez 1987: 39; Ruiz Mata e Pérez, 1995: 19; Niveau de Villedary y Mariñas 2003: 220, 233).

No entanto, este período de aparente instabilidade pode não ter afectado os núcleos de povoamento algarvios em simultâneo e com a mesma intensidade.

Na zona mais oriental, este momento parece detectar-se numa fase mais antiga, em meados do século III a. C., durante a qual o povoado do Castelo de Castro Marim parece ter sido abandonado ou, pelo menos, ter sofrido uma forte retração (Sousa 2009). Esta proposta é sustentada pela análise da cerâmica de tipo Kuass recuperada em contextos pré-romanos, que revela aspectos morfológicos claramente arcaizantes, estando ausentes os tipos característicos de fases mais tardias, como é, por exemplo, o caso das taças da forma X de Niveau (Sáez Romero 2014: 50, 53). É possível admitir que uma situação semelhante tenha ocorrido no núcleo pré-romano da actual cidade

de Tavira, seguramente abandonado num momento anterior aos primeiros contactos com o mundo romano, ainda que os dados disponíveis não permitam definir esta baliza cronológica de forma mais precisa.

No ocidente do Algarve, Monte Molião revestiu-se de particular importância por ter proporcionado uma série de elementos estratigráficos que permitem compreender as alterações verificadas entre o final da Idade do Ferro e o período romano-republicano. As escavações realizadas no sector C, que possibilitam uma análise mais clara deste momento de transição, evidenciam que os edifícios utilizados durante o final da etapa pré-romana não foram utilizados na fase posterior, ainda que não se verifiquem alterações claras em termos de orientação. Com efeito, as valas fundacionais construídas para a edificação do urbanismo republicano cortam, em vários casos, níveis de derrube que inutilizaram as construções anteriores, nenhuma das quais reutilizada (Arruda *et alii* 2008). Os materiais recuperados nos contextos sidéricos deste sítio exibem características mais tardias quando comparados com o conjunto de Castro Marim, particularmente ao nível da cerâmica de tipo Kuass e também no repertório formal da cerâmica comum de produção gaditana (Sousa e Arruda 2010; Arruda *et alii* 2011), o que permite considerar uma cronologia que se estende até aos finais do século III a.C.

O caso de Faro é particularmente interessante, sendo, por ora, o único sítio algarvio que detém elementos que permitem atestar uma ocupação mais tardia, que se pode prolongar pela primeira metade do século II a. C. Com efeito, no último nível da Idade do Ferro escavado na Sondagem 1 do Museu Municipal de Faro (U.E. [113]), recolheram-se dois exemplares de pratos de cerâmica de tipo Kuass da forma II de Niveau, nos quais a típica canelura que circunda o bordo se encontra ausente (Sousa 2009: 145 – n.º 118 e 119), característica que se associa geralmente às fases mais tardias da produção, e que se torna mais frequente durante o período republicano (Niveau de Villedary y Mariñas 2003). Trata-se, até ao momento, de uma ocorrência única no litoral sul em contextos de cronologia claramente pré-romana, e que pode refletir uma ocupação mais prolongada no tempo deste núcleo face aos restantes (Sousa 2009), atestando a sua ocupação contínua ao longo das últimas centúrias do 1º milénio a. C. A confirmação ou refutação desta possibilidade deverá, contudo, aguardar por resultados de futuras escavações, preferencialmente em áreas mais amplas, que permitam a recuperação de uma sequência estratigráfica mais clara associável a esta fase de transição.

No entanto, o facto de estarem ausentes, em todos estes sítios, as produções anfóricas de Cádiz típicas da

primeira metade do século II a. C., já para não falar de outros envases centro-mediterrâneos, pode indicar um período de “crise” no povoamento na área meridional portuguesa nos momentos que antecedem o início da presença romana nesta região, eventualmente relacionado com os fenómenos históricos que ocorreram no sul peninsular, como já se referiu anteriormente.

Esta interpretação reveste-se, sem dúvida, de múltiplas fragilidades. Futuras escavações ou a publicação de dados recolhidos em campanhas realizadas durante as últimas décadas podem, efectivamente, trazer à luz novos elementos que permitam atestar a continuidade ocupacional em vários dos sítios analisados e, como tal, refutar as considerações aqui tecidas. Contudo, as hipóteses aqui apresentadas resultam dos dados presentemente disponíveis, parecendo pertinentes, pelo menos, para colocar em discussão os quadros interpretativos elaborados, até ao momento, para a transição entre a Idade do Ferro e o período romano no sul do território português.

Os dados que ilustram o início da presença romana no território algarvio sugerem que esta etapa ocorreu apenas em momentos tardios do século II a. C., possivelmente já em torno do início do último quartel dessa centúria, e que alcança, praticamente em simultâneo, toda a região. Esta fase parece ser, curiosamente, um pouco mais tardia face a outras áreas do território português, em concreto em Lisboa (Pimenta 2005) ou no interior alentejano (Fabião 1998; Luís 2000; Alves 2010: 102), refletindo porventura, algum desinteresse inicial de Roma nesta área meridional (Arruda e Gonçalves 1994). Com efeito, nos diversos conjuntos arqueológicos recuperados, as ânforas de cronologia mais arcaica, especificamente do tipo greco-italico, quer de produção itálica, quer gaditana, são pouco expressivas, totalizando, em toda a área objecto de análise neste trabalho, apenas cerca de uma vintena de exemplares, sendo claramente superadas em número pelas suas sucessoras, as Dressel 1, representadas por mais de uma centena e meia de contentores, e às quais surgem associadas contextualmente (Viegas 2011; Arruda e Sousa 2013; Sousa *et alii* 2016). Mesmo os conjuntos de cerâmica fina apresentam, com raras exceções que podem relacionar-se com longos períodos de amortização, considerando as suas associações contextuais, características coincidentes com uma cronologia que dificilmente antecede o último terço do século II a. C. (Dias 2010; Viegas 2011: 525-527).

Significativo é também o facto de, nos sítios algarvios ocupados quer durante a fase final da Idade do Ferro quer durante o período republicano, os dados estratigráficos não permitirem constatar uma incorporação progressiva de materiais romanos no quadro da cultura material. O que se verifica nos casos ana-

lisados, com particular destaque para Monte Molião (Arruda *et alii* 2008; Dias 2010; Arruda e Sousa 2013; Sousa e Arruda 2014a e 2014b), é, com efeito, a presença de quantidades massivas de importações itálicas (ânforas, vasos de cozinha, cerâmica campaniense e de paredes finas) nos níveis que se depositaram sobre a ocupação pré-romana, nos quais tais elementos se encontram completamente ausentes.

Como se processa, então, a ocupação do território durante esta nova fase?

Em alguns casos, nota-se uma manutenção ou coincidência dos espaços geográficos anteriormente selecionados.

Este é o caso de Faro que, aliás, e como já foi referido, é, até ao momento, o único núcleo do litoral algarvio que proporcionou elementos que permitem atestar uma continuidade ocupacional durante este momento de transição. Neste âmbito, não devemos esquecer que este centro urbano terá sido um dos mais importantes do sul do território português durante a fase final da Idade do Ferro, sendo o único que parece ter elaborado uma produção anfórica própria, revelando um dinamismo comercial e económico que o destaca dos restantes (Sousa 2009), factores que podem justificar o facto de este ter sido o único digno de referência na obra de Estrabão (III, 2, 5).

Situação similar verifica-se no Monte Molião, em Lagos, ainda que, neste caso, e como também já foi mencionado, não seja ainda claro se se trata de uma continuidade ocupacional ou de uma nova instalação num sítio previamente abandonado. Sobre a sua ocupação republicana, os estudos dos componentes artefactuais evidenciaram alguns elementos que devem ser valorizados. A análise efectuada aos conjuntos de cerâmica comum recuperados nos níveis mais antigos da ocupação romana, balizados entre o início do último quartel do século II e os inícios do século I a. C., permitiu reconhecer uma grande variedade de centros abastecedores de cerâmicas de cozinha, armazenamento e de mesa, em directa associação com produções manuais, algumas das quais com decoração estampilhada, e com imitações locais de vasos destinadas à confecção de alimentos claramente inspiradas em protótipos itálicos (Sousa e Arruda 2014a e 2014b). Esta diversidade, observada não só no quadro dos materiais importados, mas também no âmbito das produções locais, permitiu equacionar a possibilidade de a comunidade instalada em Monte Molião poder corresponder a um grupo culturalmente heterogéneo, porventura relacionado com movimentações e fixação de populações provenientes de outros territórios, processos esses frequentes durante o período da conquista (Sousa e Arruda 2014a: 89), que podem, ou não, incorporar as comunidades locais. O facto de a

ocupação romano-republicana se sobrepor à da Idade do Ferro poderia, assim, tão só traduzir uma coincidência justificada pelas características geográficas e topográficas da colina, ainda que um cenário de eventual continuidade não possa ser excluído.

A este grupo de “permanências” poderia também acrescentar-se o Cerro da Rocha Branca (Gomes 1993), ainda que, neste caso, sejam escassos os dados que permitam uma análise mais detalhada da transição entre o final da Idade do Ferro e o período romano-republicano.

Por outro lado, na área oriental do Algarve, verificam-se claras alterações em termos do povoamento detectado nas duas fases. Em Castro Marim, o núcleo ocupado em fase republicana instalou-se, em finais do século II a. C., na colina em frente ao actual Castelo (Arruda e Pereira 2008). Também na zona de Tavira, a ocupação republicana elegeu uma área distinta da do sítio pré-romano, o Serro do Cavaco (Fabião 2003). Trata-se de situações nas quais parece ser claro o abandono prévio dos núcleos de *habitat* anteriores, tendo a ocupação republicana privilegiado outras elevações com condições estratégicas igualmente favoráveis.

Por último, sobre o sítio de Vila Velha de Alvor (Gamito 1997), as informações publicadas não permitem, por enquanto, assegurar se o local correspondeu a um antigo estabelecimento da Idade do Ferro ou se será uma instalação que ocorreu apenas durante a fase republicana.

Os dados disponíveis não parecem indicar que os sítios ocupados durante o período romano-republicano no Algarve tenham desempenhado funções militares efectivas. Os elementos de armamento que geralmente se associam a esta tipologia de instalações são manifestamente raros na região, assim como os achados numismáticos, em particular os fenómenos de entesouramento (Muccioli 2014b: 94-95). Mesmo em Monte Molião, onde os contextos desta cronologia se encontram mais bem documentados do ponto de vista artefactual, os materiais passíveis de serem associados a ambientes mais militarizados são fracamente escassos (Arruda e Sousa 2013: 137), limitando-se a uma ponta de lança de ferro, algumas lâminas de facas afalcatadas, um fragmento de bainha de uma faca e arreios de cavalos (Arruda e Pereira 2010; Pereira *et alii* 2015).

O único elemento que permite incluir o Algarve como parte integrante dos conflitos bélicos peninsulares de fase republicana resulta da interpretação das referências transmitidas pelos autores clássicos, equiparando-se o sítio de Monte Molião (Lagos) com a *Laccobriga* das guerras sertorianas, referida por Plutarco (*Sertorio*, 13) e esta, por sua vez, com

a *Laccobriga* de Pompónio Mela (*De Chor.*, III, 1, 7), localizada no *Promunturium Sacrum*. Muito já se escreveu sobre a efectiva localização destes topónimos, tendo-se discutido pormenorizadamente sobre eventuais falhas e erros inerentes às fontes originais, e que colocam em causa a efectiva localização dessa cidade no Algarve (Alarcão 2005; Arruda 2007). Não é esta a ocasião para descrever detalhadamente esse debate, considerando apenas relevante recordar que a quase total ausência de numismas de época sertoriana na costa algarvia (Muccioli 2014b: 97) é um indício que deve ser tido em consideração.

O início da ocupação romana no Algarve, e em particular nos núcleos de povoamento fundados, aparentemente, *ex nihilo*, ainda que possam coincidir com anteriores sítios de *habitat*, poderá corresponder simplesmente a um fenómeno de ocupação territorial que se poderá relacionar com vários factores, como é o caso da instalação de contingentes de tropas auxiliares após o final das guerras celtibéricas e lusitanas, como foi proposto para o caso de Monte Molião (Sousa e Arruda 2014a e 2014b), ou com a intensificação da imigração de colonos itálicos para Ocidente. Com efeito, a baliza cronológica que marcou o início do período republicano na costa algarvia coincide com o apogeu das importações anfóricas itálicas no Extremo Ocidente (Bernal Casasola *et alii* 2013: 359), uma fase durante a qual uma “(...) convulsa situación en la Península Itálica durante estos mismos años parece haber favorecido la inmigración de numerosos itálicos a la P. Ibérica (Diodoro 5.36) y haber generado con ello las bases de una “romanización” creciente de las estructuras económicas en *Hispania*” (Bernal Casasola *et alii* 2013: 359). É, efectivamente, durante este momento, entre os finais do século II a. C. e os inícios da centúria seguinte, que se assiste, em todo o sul da Península Ibérica, a uma proliferação de núcleos de *habitat*, como se verifica, por exemplo, no vale do Guadalquivir, em centros urbanos e nas zonas mineiras (García Vargas 2009; Campos Carrasco 1986; Bernal Casasola *et alii* 2013: 360-361), que apresentam conjuntos artefactuais muito semelhantes aos detectados na costa do Algarve. A ocupação republicana da fachada meridional atlântica portuguesa poderá inscrever-se num processo similar, ainda que com necessárias ressalvas face aos seus intervenientes, com possível origem geográfica mais peninsular do que itálica.

Esta interpretação, na óptica de uma ocupação territorial de carácter não militar, que terá tido como objectivos a instalação de populações e, naturalmente, a exploração de recursos locais, poderá também justificar as diferenças assinaláveis no quadro de abastecimento da costa algarvia durante o período republicano,

quando comparada com outras regiões, como é o caso de Lisboa (Pimenta 2005). As ligações com a área andaluza são, em todos os casos aqui estudados, dominantes no âmbito da comercialização dos produtos alimentares, ainda que as importações vinárias itálicas sejam também expressivas. Esta situação poderá, efectivamente, relacionar-se com questões de proximidade geográfica, mas pode também ser interpretada no quadro da distinção entre um abastecimento de cariz militar, no caso do estuário do Tejo, e de um outro, o sul do território português, marcado, neste caso, pelo estabelecimento de rotas comerciais supra-regionais controladas, de certa forma, pelos grandes núcleos da área do Estreito de Gibraltar, em particular por Cádiz, que manteria, assim, a sua já histórica hegemonia sobre a região. Este cenário reflete-se também no quadro das importações da cerâmica de mesa: enquanto que as produções de Kuass de cronologia republicana se encontram praticamente ausentes nas áreas mais setentrionais, elas permanecem como um elemento importante do serviço de mesa republicano na área algarvia (Sousa 2010; Sousa e Arruda 2013), ainda que longe de superar as produções itálicas de campaniense e de paredes finas, situação que poderá refletir preferências diferenciadas no abastecimento destas distintas áreas e, de forma mais particular, certas tradições culturais por parte dos seus consumidores. A situação registada no Algarve em termos das importações anfóricas difere ainda de alguns núcleos localizados no sul andaluz, como é o caso de *Carteia* (Roldán Gómez *et alii* 2006) e de *Baelo Claudia* (Bernal Casasola *et alii* 2013), onde as importações itálicas dominam nos inventários sendo, nestes casos, essa realidade relacionada com a assumida presença, nesses locais, de colonos itálicos (Bernal Casasola *et alii* 2013: 357).

Mais difícil é, contudo, analisar a evolução dos diferentes núcleos algarvios durante os momentos mais tardios do período republicano. A destruição de níveis desta cronologia em função de construções alto-imperiais e outras carências no registo estratigráfico, para além da insuficiência da informação publicada sobre várias das estações aqui tratadas, dificultam uma leitura sequencial da sua dinâmica ocupacional.

No Monte Molião, em Lagos, os edifícios construídos e ocupados durante os finais do século II / inícios do século I a. C. parecem ter sido abandonados de forma repentina, porventura na sequência de um eventual abalo sísmico (Gomes 2010; Arruda e Sousa 2013: 137-138). Os níveis da fase seguinte, datáveis do século I a. C., encontram-se mal representados, ainda que sejam algo significativos os materiais desta cronologia recolhidos em contextos secundários (Arruda *et alii* 2008; Arruda e Sousa 2013). Na costa

oriental, em Castro Marim, os dados sugerem que, no decurso do século I a. C. se assiste, novamente, a uma deslocação do núcleo de *habitat*, desta vez em sentido inverso, do Forte de São Sebastião para a colina do Castelo, estando aqui bem representada a segunda metade do século I a. C., à qual se associam as cunhagens de *Baesuris*, uma das quais ostentando na legenda o nome de um magistrado, M.AN.ANT. ET / CON (Mowat 1900; Faria 1997; Amela Valverde 2004), dados que conduziram à proposta da inclusão deste local “(...) entre os nove *oppida stipendiaria* da Lusitânia cujos nomes Plínio não menciona” (Faria 2006: 241).

Na zona de Tavira, o Serro do Cavaco, ocupado aparentemente até momentos tardios dessa centúria, é abandonado, deslocando-se o núcleo de povoamento para uma nova área, cujas condições topográficas facilitarão seguramente a construção dos equipamentos urbanos da *Balsa* romana (Fabião 2003; Viegas 2011).

O núcleo de Faro, apesar da dificuldade de leitura sequencial estratigráfica já mencionada, proporcionou um conjunto notável de materiais que permite, mais uma vez, atestar a sua continuidade ocupacional ao longo de toda a época romana (Viegas 2011).

Parece, contudo, que mesmo nesta fase mais tardia, o Algarve se terá mantido, mais uma vez, à margem das conjunturas bélicas que marcaram os momentos finais da República Romana, como já tinha sido assinalado no trabalho que serviu de inspiração a este estudo (Arruda e Gonçalves 1994: 458; 463), ainda que nelas possa, eventualmente, ter tomado posição (Mantas 1997). Tal marginalidade não implicou, contudo, o isolamento desta região face aos principais circuitos comerciais e económicos do mundo atlântico e mediterrâneo, sendo o Algarve uma área privilegiada no âmbito da aquisição de produtos alimentares e manufacturados durante todo o período romano. O dinamismo desta região verifica-se, inclusivamente, pela criação e manutenção de cunhagens monetárias próprias, sobretudo em liga de cobre e chumbo, que se iniciam, em alguns casos, durante a primeira fase do período republicano, e que se mantêm até ao Alto-Império (Faria 1997; Muccioli 2014b), expressando uma forte dinâmica regional da costa meridional portuguesa.

Todos os dados expostos anteriormente parecem indicar que a integração do Algarve na esfera romana não terá resultado de um processo de “conquista” propriamente dito. A possibilidade de a ocupação humana ter sido pouco significativa no momento anterior ao último quartel do século II a. C. poderá, de certa forma, ter sido um dos factores determinantes para a inexistência de operações bélicas na região, que se encontraria escassamente povoada. Por outro lado,

os núcleos que poderão ter existido nesse momento denunciavam uma forte influência da área gaditana, verificável não apenas em termos comerciais, mas eventualmente também sócio-políticos (Sousa 2009; Sousa e Arruda 2010), situação que poderá ter-se refletido na fácil aceitação e incorporação de valores culturais romanos, aos quais, aparentemente, se ofereceu escassa resistência. Por outro lado, ao equacionar a possibilidade da instalação, em pelo menos algumas áreas desta costa, de populações oriundas de outras áreas da Península Ibérica ou mesmo de antigos contingentes militares auxiliares que teriam servido o exército romano, teremos que assumir que se trataria de grupos que teriam tido já contactos prolongados com a cultura romana, ainda que mantivessem, pontualmente, algumas das suas tradições nativas, como se verifica, por exemplo, na sobrevivência, num primeiro momento, das decorações estampilhadas de matriz “celtizante” do Monte Molião (Sousa e Arruda 2014a e 2014b; Sousa *et alii* 2015), ou na preferência pelos modelos helenísticos de produção gaditana. A verdade é que a maioria destas comunidades mostra já um avançado grau de “romanização” que se observa na importação de cerâmicas de cozinha itálica, que implicam novas práticas culinárias, e com a incorporação desses novos hábitos nas produções locais, como se observa, mais uma vez, na área de Lagos (Sousa e Arruda 2014a e 2014b; Sousa *et alii* 2015). A influência itálica verifica-se também e sobretudo no âmbito do serviço de mesa, onde dominam as cerâmicas campanienses e os vasos de paredes finas, e que atestam a incorporação de novas “modas” em termos do consumo de alimentos, sendo as expressivas quantidades de importação de vinho itálico um outro reflexo dessas alterações. Paralelamente, não deve ser ignorada a possibilidade da própria existência de agentes romanos como parte integrante das comunidades que se instalaram no Algarve a partir do último quartel do século II a. C., oferecendo assim um cenário sócio-político complexo e multi-cultural no quadro desta ocupação.

Apesar disso, a cultura material dos núcleos da costa algarvia do período republicano denuncia, claramente, profundas ligações com a área andaluza, perceptível quer nos horizontes materiais cerâmicos (sobretudo nas ânforas e cerâmicas de uso comum), quer na adopção da iconografia associada às diferentes emissões monetárias desta região (Faria 1997). Tal situação indica que, e apesar de eventuais descontinuidades, a intensidade das relações entre estas duas áreas foi uma realidade durante todo o final do 1º milénio a. C. como, aliás, se verifica quer em fase anterior quer no momento subsequente. Tal situação decorreu não só de factores de proximidade geográ-

fica, mas também da grande intimidade cultural que sempre se verificou entre estes dois espaços. Como tal, resta questionar-nos se os produtos itálicos e norte-africanos que chegam ao sul do território português durante este momento terão sido distribuídos por mercadores itálicos ou pelos grandes núcleos do sul andaluz. A resposta a esta pergunta não é fácil e carece de dados mais abrangentes, ainda que o registo da cultura material actualmente disponível pudesse favorecer os segundos.

A romanização do Algarve parece ter correspondido, desta forma, a um processo aparentemente pacífico, mas no qual foram intervenientes agentes heterogéneos e de diferentes origens, cuja existência se encontra plasmada em momentos concretos e em aspectos específicos da cultura material, mas que se diluem à medida que nos aproximamos do reinado de Augusto.

FONTES

- Estrabão: *Geografia de Iberia*. Traducción de F. J. Gómez Espelosín; presentación, notas y comentarios de G. Cruz Andreotti, M. V. García Quintela y F. J. Gómez Espelosín. Madrid, 2007.
- Pompónio Mela: *De Chorographia libri tres*. Edição de V. Bejarano, Barcelona, 1987 (in Fontes de Hispania Antigua, VII).
- Plutarco: *Vidas Paralelas*. Edição de A. Álvarez Rodríguez. Zaragoza, 2009.

BIBLIOGRAFÍA

- Alarcão, J. 2005: “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia III”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8, 2, 293-311.
- Alves, C. 2010: *A cerâmica campaniense de Mesas do Castelo*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- Amela Valverde, L. 2004: “Sobre Salacia y otras apreciaciones acerca de algunas cecas de la Hispania occidental”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7, 2, 243-264.
- Arruda, A. M. 1988: “Nota sobre a ocupação romana-republicana do Castelo de Castro Marim”, *Actas do 5º Congresso do Algarve*, Silves, 1, 13-17.
- Arruda, A. M. 1999-2000: *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*, Cuadernos de Arqueología Mediterránea 5-6, Barcelona.
- Arruda, A. M. 2007: *Laccobriga: A ocupação romana na Baía de Lagos*, Lagos.
- Arruda, A. M. e Almeida, R. 1999: “Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado”, *Économie et territoire en Lusitanie romaine (Actes du IIIème Table ronde sur la Lusitanie romaine Madrid, 1996)*, Madrid, 307-337.
- Arruda, A. M., Bargão, P. e Sousa, E. 2005: “A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8, 1, 177-208.
- Arruda, A. M., Viegas, C., Bargão, P. e Pereira, R. (2006): “A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana”, *Setúbal Arqueológica* 13, 153-176.
- Arruda, A. M. e Gonçalves, L. J. 1994: “Acerca da Romanização do Algarve”, *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*, Coimbra, 455-465.
- Arruda, A. M., Pereira, C. e Lourenço, P. 2008: *Relatório final dos trabalhos arqueológicos do sítio de Monte Molião*.
- Arruda, A. M. e Pereira, C. 2008: “As ocupações antigas e modernas do Forte de S. Sebastião (Castro Marim)”, *Xelb* 8, 391-421.
- Arruda, A. M. e Pereira, C. 2010: “Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época romano-republicana”, *Xelb* 10, 695-716.
- Arruda, A. M. e Sousa, E. 2013: “Ánforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal)”, *Spal* 22, 101-141. <https://doi.org/10.12795/spal.2013.i22.05>
- Arruda, A. M., Sousa, E., Bargão, P. e Lourenço, P. 2008: “Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso”, *Xelb* 8, 1, 137-168.
- Arruda, A. M., Sousa, E., Pereira, C. e Lourenço, P. 2011: “Monte Molião: um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal)”, *Conimbriga* 50, 5-32.
- Bargão, P. 2006: *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santa-rém*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- Bargão, P. 2008: “Intervenção de emergência na Rua do Molião: primeiras leituras”, *Xelb* 8, 1, 169-190.
- Bernal Casasola, D., García Vargas, E. e Sáez Romero, A. 2013: “Ánforas itálicas en la Hispania meridional”, *Ricerca archeologica, archeometrica e informatica per la ricostruzione dell’economia e dei commerci nel bacino occidentale del Mediterraneo (metà iv sec. a. C. - I sec. d. C.)*, Roma, 351-372.
- Campos Carrasco, J. M. 1986: *Excavaciones arqueológicas en la ciudad de Sevilla. El origen prerromano y la Hispalis romana*, Colección Investigación, Sevilla.
- Candeias, C. 2015: “Prospecção arqueológica intra-sítio: o Cerro do Cavaco e a II Idade do Ferro em Tavira”, *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, Arcoche*, 711-738.
- Dias, V. 2010: *A cerâmica campaniense de Monte Molião*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- Diogo, A. M. D., Cardoso, J. P. e Reiner, F. 2000: “Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3, 2, 81-118.
- Diogo, M. e Marques, J. 2008: “Sistemas defensivos do Molião – resultados preliminares da intervenção arqueológica na urbanização do Molião”, *Xelb* 8, 2, 59-65.
- Fabião, C. 1998: *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- Fabião, C. 2003: “O Serro do Cavaco (Tavira)”, *Tavira. Território e poder*, Lisboa, 77-81.
- Faria, A. 1997: “Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio”, *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, 361-371.
- Faria, A. 2006: “Novas notas historiográficas sobre Augusta Emerita e outras cidades hispano-romanas”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 9, 2, 211-237.

- Gamito, T. J. 1994: "Polícia Judiciária", *Informação Arqueológica* 9, 115-117.
- Gamito, T. J. 1997: "Ipsos (Vila Velha de Alvor)", *Noventa Séculos entre a serra e o mar*, Lisboa, 257-264.
- García Fernandez, F. e García Vargas, E. 2010: "Entre gaditanización y romanización: repertórios cerâmicos, alimentação e integración cultural en Turdetania (siglos III-I a. C.)", C. Mata Parreño, G. Pérez Jordà, e J. Vives-Ferrándiz Sánchez (eds.), *De la cuina a la taula*, València, 115-134.
- García Vargas, E. 2009: "Las ánforas republicanas de Hispalis (Sevilla) y la "cristalización" del repertorio anfórico provincial", R. Cruz-Auñón Briones, E. Ferrer Albelda (eds.), *Estudios de Prehistoria y Arqueología en Homenaje a Pilar Acosta Martínez*, Sevilla, 437-464.
- García Vargas, E. e García Fernandez, F. 2009: "Romanización y consumo: câmbios y continuidades en los contextos cerâmicos de Hispalis en épocas turdetana y romano-republicana", *Spal* 18, 121-155. <https://doi.org/10.12795/spal.2009.i18.08>
- Gomes, J. 2010: *Estuário da Ribeira de Bensafrim. Leitura geo-arqueossimológica*. Tese de Mestrado. IGOT - Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- Gomes, M. V. 1993: "O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves)", *Estudos Orientais* 4, 73-107.
- González Rodríguez, R. 1987: "Excavaciones de urgência en el Cerro Naranja (Jerez de la Frontera, Cádiz). 1985", *Anuario de Arqueología de Andalucía* 3, 90-96.
- Luís, L. 2000: *As cerâmicas campaniense de Mértola*, Lisboa.
- Maia, M. 2007: "La pesca, a actividade conserveira e as ânforas de Tavira", *História de la pesca en el ámbito del Estrecho. I Conferencia Internacional*, Cádiz, vol. 1, 455-488.
- Mantas, V. 1997: "As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano", *Noventa Séculos entre a serra e o mar*, Lisboa, 283-309.
- Mowat, R. 1900: "Monnaie de Baesuris, ville de Lusitanie", *O Arqueólogo Português* 1-5, 17-24.
- Muccioli, G. 2014a: "I Kalathoi Iberici nell'Éstremo Occidente", *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43, Abingdon, 721-728.
- Muccioli, G. 2014b: *L'insieme di monete di Monte Molião (Lagos, Portugal)*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- Niveau de Villedary y Mariñas, A. M. 2003: *Las Cerâmicas Gaditanas "Tipo Kuass"*. Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica, Cádiz.
- Nolen, J. 1994: *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares*. Balsa, Lisboa.
- Paulo, D. 1999-2000: "As sondagens arqueológicas realizadas na antiga Fábrica da Condeja - Faro", *Anais do Município de Faro* 29-30, 17-85.
- Pereira, T., Alves, C. e Sousa, E. 2015: "Metallic artifacts from the outside area of Monte Molião (Lagos, Portugal)", J. M. Álvarez, T. Nogales, e I. Rodà (eds.), *Actas del XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*, 2, Mérida, 1751-1755.
- Pereira, C. e Arruda, A. M. 2015: "O sítio arqueológico do Enterreiro, Castro Marim", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18, 181-194.
- Pimenta, J. 2005: *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge*, Trabalhos de Arqueologia 41, Lisboa.
- Roldán Gómez, L., Bendala Galán, M., Blánquez Pérez, J. e Martínez Lilla, S. 2006: *Estudio histórico-arqueológico de Carteia (San Roque, Cádiz). 1994-1999*, Madrid.
- Ruiz Mata, D. e Pérez, C. J. 1995: *El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz)*, El Puerto de Santa María.
- Saéz Romero, A. 2008: *La producción cerâmica en Gadir en época tardopúnica (siglos III-I)*, BAR Int. Series, 1812, Oxford.
- Saéz Romero, A. 2014: "Imitaciones en las vasijas de mesa en la Bahía de Cádiz desde la transición tardoarcaica hasta la época tardopúnica. Actualización de los datos y nuevas propuestas", F. J. García Fernandez, E. García Vargas (eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética occidental durante la Antigüedad (s. VI a. C. - VI d. C.)*, Barcelona, 33-77.
- Santos, M. L. E. V. A. 1971-1972: *Arqueologia Romana do Algarve*, Lisboa.
- Silva, C. T., Soares, A. e Soares, J. 1987: "Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão)", *Setúbal Arqueológica* 8, 203-219.
- Sousa, E. 2009: *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*, Cadernos da Uniarq 4, Lisboa.
- Sousa, E. 2010: "The use of 'Kouass ware' during the republican period in Algarve (Portugal)", *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 41, 523-528.
- Sousa, E., Alves, C. e Pereira, T. 2016: "O conjunto anfórico da Urbanização do Moleão, Lagos (Portugal)", R. Járrega e P. Berni (eds.), *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*, Tarragona, 464-478.
- Sousa, E. e Arruda, A. M. 2010: "A gaditanização do Algarve", *Mainake* 32, II, 951-974.
- Sousa, E. e Arruda, A. M. 2013: "A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos)", *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 651-659.
- Sousa, E. e Arruda, A. M. 2014a: "A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião", *Onuba* 2, 55-90.
- Sousa, E. e Arruda, A. M. 2014b: "Italics and Hispanics in Southwest Iberia in the Dawn of the Roman-Republican period: the common ware of Monte Molião (Lagos, Portugal)", *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43, Abingdon, 663-670.
- Sousa, E., Pereira, T. e Alves, C. 2015: "Novos dados sobre a ocupação romano-republicana do Algarve Ocidental: cerâmica comum e outros objectos da Urbanização do Moleão (Lagos, Portugal)", *Conimbriga* 54, 81-131.
- Sousa, E.; Serra, M. 2006: "Resultados das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção do Monte Molião (Lagos)", *Xelb* 6, 1, 5-20.
- Teichner, F. 1997: "Note sur le fonds numismatique romain de Foz do Rio Arade (Portimão, Portugal)", *Conimbriga* 36, 123-160.
- Veiga, E. 1910: "Antiguidades monumentaes do Algarve. Cap. V: Tempos históricos", *O Archeólogo Português* 15, 229-233.
- Viegas, C. 2011: *A ocupação romana do Algarve - estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*, Estudos e Memórias 3 (Uniarq), Lisboa.

Recibido: 31-05-2016
 Aceptado: 06-10-2016